



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LETÍCIA MARIA HONORATO ALMEIDA

**A CRUZADA NÃO É DE TODOS: UM DEBATE SOBRE NAFTA, COLONIALISMO
E SOBERANIA ALIMENTAR DO MÉXICO DURANTE A CRUZADA CONTRA A
FOME (2012-2018).**

Aracaju-SE
2021

LETÍCIA MARIA HONORATO ALMEIDA

**A CRUZADA NÃO É DE TODOS: UM DEBATE SOBRE NAFTA, COLONIALISMO
E SOBERANIA ALIMENTAR DO MÉXICO DURANTE A CRUZADA CONTRA A
FOME (2012-2018).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Relações Internacionais
da Universidade Federal de Sergipe como
requisito à obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais
Orientadora: Profa. Dra. Bárbara Vasconcellos
de Carvalho Motta

Aracaju- SE
2021

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho marca o fim da minha trajetória no curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Sergipe. Visto que a situação sanitária do país impossibilita grandes comemorações presenciais para festejar o fim deste ciclo, eu me permito estender um pouco os agradecimentos.

Primeiramente à minha família. Aos meus pais, Alda e Washington, muito obrigada pelo apoio incondicional e por fazerem de tudo para que eu tenha a melhor educação possível. Aprecio o esforço que vocês fizeram para me proporcionar tudo que vocês não tiveram a mesma sorte de ter. À minha irmãzinha Leilane, que apesar de ser mais nova que eu, tem a sabedoria de um oráculo, obrigada por ser meu porto seguro. À vovó Aparecida, muito obrigada por achar lindo tudo que eu faço.

Meus amigos também tiveram um papel crucial durante esses anos. Iara, esse trabalho provavelmente não seria o que é sem nossas conversas sobre segurança alimentar. Muito obrigada por me mostrar esse campo, você é uma das minhas maiores inspirações. Laís, sabemos que fazer um TCC durante a maior pandemia do século não foi tarefa fácil. Nossas sessões de pomodoro no google meet para estudo e desabafo tornaram essa experiência muito mais agradável, obrigada.

Ian, muito obrigada por me arrancar risadas mesmo em dias ruins. Rodolfo, obrigada por ser o amigo aquariano que esta canceriana precisa. Davi, obrigada por me lembrar que o futuro será melhor. Bárbara, obrigada por estar sempre ao meu lado.

Estendo os agradecimentos a todos os amigos que fiz durante minha passagem pela UFS. Letícia Pitty, Mica, Vini, Estela e Camila, lembrarei com carinho dos cafés no Moura, trabalhos em grupo, e das comemorações de fim de período. Sheylla e Matheus, que bom que hoje podemos rir dos perrengues que passamos no CAIRI. Aprendi muito com vocês, e continuo aprendendo.

Aux amis que j'ai fait pendant mon année à Sciences Po Lyon. Merci pour les expériences et le partage. Notre rencontre m'a beaucoup appris, j'en suis reconnaissante. Je remercie spécialement María Guerra. Gracias pour les rires, chismes et angoisses partagés, même en étant del otro lado del charco. À Giovanna, agradeço por todas as aventuras que vivemos juntas. Muito obrigada pelas conversas e conselhos, você me inspira imensamente.

Gostaria de agradecer ao corpo docente do Departamento de Relações Internacionais, principalmente à minha orientadora Bárbara Motta, que com sua calma e paciência me guiou na execução deste trabalho. Obrigada a todos os outros professores que me proporcionaram

um ensino superior de qualidade, mesmo com os constantes cortes na educação e com todas as pedras no caminho que surgem ao fazer ciência no Brasil, Nordeste, Sergipe, São Cristóvão.

Obrigada a todos que lutaram e lutam para que a Universidade pública e gratuita no Brasil resista, mesmo nos tempos sombrios pelos quais passamos. A diversidade que existe no campus é crucial para a construção de um mundo melhor. Eu devo muito à UFS por ter me tornado quem sou.

Obrigada à vida, que me deu tanto.

“Es necesario hacer un mundo nuevo. Un mundo donde quepan muchos mundos, donde quepan todos los mundos.”

(Subcomandante Marcos)

RESUMO

A forma como ocorre a produção e consumo de alimentos está diretamente ligada às estruturas de poder do Sistema Internacional. O caráter liberalizante do atual regime alimentar, o qual é imposto aos países do Sul global para que eles alcancem um certo nível de desenvolvimento, demonstra como as Relações Internacionais são marcadas pela colonialidade do poder. No presente trabalho, foi analisado o caso do México no NAFTA, especificamente durante a Cruzada Contra a Fome, política de erradicação da fome do governo de Enrique Peña Nieto. Foi investigado como o NAFTA e a Cruzada contra a Fome impactaram a soberania alimentar do México no período escolhido, mudando os hábitos alimentares do país, deteriorando o campo, e impactando na saúde do povo mexicano. Apesar de Rosario Robles Berlanga, secretária de Desenvolvimento Social ter afirmado no discurso de assinatura de um dos convênios da Cruzada que “La Cruzada es de todos”, pouco foi feito para efetivamente solucionar a situação de fome no México.

Palavras-chave: NAFTA; Cruzada Contra a Fome; colonialidade do poder; soberania alimentar.

ABSTRACT

The way in which food production and consumption takes place is directly linked to the power structures of the International System. The liberalizing character of the current food regime, which is imposed on countries in the global South for them to reach a certain level of development, demonstrates how International Relations are marked by the coloniality of power. In the present work, the case of Mexico in NAFTA was analyzed, specifically during the Crusade Against Hunger, a hunger eradication policy of the Enrique Peña Nieto administration. It was investigated how NAFTA and the Crusade against Hunger impacted Mexico's food sovereignty in the chosen period, changing the country's eating habits, deteriorating the countryside, and impacting the health of the Mexican people. Although Rosario Robles Berlanga, secretary of Social Development, stated in the speech at the signing of one of the Crusade's agreements that “La Cruzada es de Todos”, little has been done to effectively solve the famine situation in Mexico.

Key words: NAFTA; Crusade Against Hunger; coloniality of power; food sovereignty.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. ALIMENTOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	
2.1. Os conceitos de segurança e soberania alimentar.....	5
2.2. Regimes alimentares.....	9
2.3. Colonialismo e políticas alimentares.....	14
3. IMPACTOS DA CRUZADA CONTRA A FOME NA SOBERANIA ALIMENTAR MEXICANA	
3.1. Estabelecimento do programa.....	21
3.2. Impacto do NAFTA no padrão de consumo alimentar mexicano.....	22
3.3. Parcerias público-privadas do Governo Mexicano com Nestlé e Pepsico.....	28
3.4. Críticas à Cruzada contra a Fome.....	31
3.5. Cultura alimentar e saúde.....	33
4.	
CONCLUSÃO	37
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda como a questão alimentar é uma parte fundamental das relações interestatais e trata especificamente do que ocorreu com o padrão alimentar do México após sua entrada no NAFTA, analisando o programa de erradicação da fome durante o mandato de Enrique Peña Nieto, o Cruzada contra a Fome. Primeiramente, é necessário discutir alguns conceitos chave na compreensão das dinâmicas alimentares.

Apesar do debate incipiente sobre o provisãoamento alimentar nas Relações Internacionais, alguns autores como Burke (2010), Leão e Maluf (2012), Lima (2019), McMichael (2005), Paalberg (1982) e Hopkins e Puchala (1978), nos fornecem importantes conceitos que nos auxiliaram a discutir esta temática e, mais especificamente, o caso mexicano. No primeiro capítulo, os conceitos de segurança alimentar e soberania alimentar são debatidos. O primeiro, tem um viés mais produtivista, ligado à quantidade de produção agroalimentar, alcançado pela diminuição de barreiras tarifárias entre Estados e mecanização do campo (MCMICHAEL, 2005). Já o conceito de soberania alimentar refere-se à qualidade da produção e consumo de alimentos, que devem ser adequados à cultura e necessidades fisiológicas de quem os consome. Os alimentos idealmente seriam produzidos de forma ecológica e sustentável, com os interesses populares no centro da formação de regimes alimentares (AGARWAL, 2014).

A condução da política alimentar a nível global e, conseqüentemente, quais conceitos norteiam tal condução, podem ser observados nos regimes alimentares (BERNSTEIN, 2016). As estruturas de poder do Sistema Internacional formadas pelo avanço capitalista delineiam a forma como os alimentos são produzidos e consumidos. Ainda no primeiro capítulo, é feito um breve histórico dos regimes alimentares que já tiveram vigência. O caráter neocolonial dos regimes alimentares é observado no terceiro e atual regime, que teve início nos anos 80 (MCMICHAEL, 2009).

Uma das características deste regime é a instrumentalização do conceito de segurança por organizações internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Estas, que têm poder impositivo, impõem diretrizes embasadas no neoliberalismo, condicionando o acesso a seus recursos à redução de barreiras tarifárias e abertura ao livre comércio, sob o pretexto de auxiliar no desenvolvimento dos Estados. Países do Sul Global, portanto, necessitam participar de acordos que por vezes não beneficiam as demais parcelas da sua população senão suas elites (MCMICHAEL, 2009).

Para avaliar esta dimensão, abordamos o debate da colonialidade no presente trabalho. A teoria decolonial tem muito a contribuir no estudo das Relações Internacionais, apesar de ser frequentemente excluída dos debates na área. Como afirmado por Acharya e Buzan (2007 apud Tickner; Blaney, 2013), o campo das Relações Internacionais é majoritariamente “produzido por e para o Ocidente” (p.1)¹, e desconsidera produções acadêmicas e questões de *policy-making* produzidas fora do eixo do *mainstream* teórico, situado nos Estados Unidos e na Europa. Por ter sido criado no ápice do imperialismo, as abordagens teóricas tradicionais apresentam limites em sua capacidade de análise para questões próprias do terceiro mundo. A fim de descentralizar a produção acadêmica do campo, é necessário também descentralizar as narrativas históricas e epistemológicas que o compõem (TICKNER; BLANEY, 2013).

No presente trabalho, relacionamos o debate da colonialidade com o modo como os regimes alimentares são postos em prática. O argumento de que um colapso social aconteceria por falta de suprimentos alimentares é o que norteia a securitização da questão alimentar (SOMMERVILLE, 2014). Como já mencionado, o atual regime alimentar impõe a adoção do neoliberalismo com o objetivo de transformar “zonas de caos” em “zonas de desenvolvimento”. Por estes motivos, os Estados subdesenvolvidos passam por processos de abertura comercial, com a intenção de alcançar o “desenvolvimento”, ou seja, de atingir uma semelhança com os países do Norte Global. O discurso que hierarquiza Estados-nação periféricos e povos não-europeus faz com que estes sejam regidos pela “colonialidade global” composta pelas principais potências ocidentais e por organizações internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. Assim, o Sul Global é inserido em uma situação colonial, mesmo sem ser governado por uma metrópole, no sentido original do termo (GROSFOGUEL, 2008).

No segundo capítulo, é analisada a condução da política alimentar no México no âmbito do NAFTA, precisamente no período entre 2012 e 2018, em que foi implementada a Cruzada contra a Fome, durante o mandato presidencial de Enrique Peña Nieto.

A participação do México no NAFTA foi parte do processo de liberalização econômica que o país passou a partir dos anos 80. O acordo foi considerado vantajoso pelas autoridades do país porque traria desenvolvimento para o povo mexicano. Um ponto central do acordo era transformar o setor agrícola, que não poderia competir com o maior exportador agrícola do mundo, os Estados Unidos. Sendo assim, o México passou a importar grãos, carnes e insumos para a indústria de alimentos processados, e exportar frutas e legumes (SANTOS, 2019).

¹No original: “Produced by and for the West”. Tradução nossa.

O padrão de consumo alimentar mexicano mudou consideravelmente desde sua adesão ao NAFTA, com a substituição de produtos agrícolas como frutas, legumes e grãos por produtos ultraprocessados, vendidos por empresas que invadiram o país com sua abertura comercial (SANTOS, 2019).

O acordo, que tinha como objetivo declarado beneficiar os mexicanos, em matéria alimentar só produziu consequências indesejadas. Além da mudança do padrão de consumo nos lares mexicanos, o que mudou a cultura alimentar do país e causou o aumento vertiginoso de doenças crônicas não-transmissíveis, o campo do país foi deteriorado (GÁLVEZ, 2018). Com a abertura econômica e suas consequências para a questão alimentar, os pequenos produtores rurais passaram a receber menos subsídios, o que fez com que os trabalhadores do campo migrassem para outras áreas, como mineração, e houvesse uma degeneração das comunidades rurais, de maioria indígena (ACUÑA, 2015).

A condução da política alimentar durante a Cruzada contra a Fome é um reflexo da liberalização econômica aprofundada pela entrada do México no NAFTA. Modelos de política social como este não buscam promover mudanças estruturais, mas sim intervenções estatais pontuais que amenizam disparidades sociais de maneira focalizada (SOTTOLI, 2000). O sistema, que tinha como objetivo a erradicação da fome, estabeleceu parcerias com grandes empresas multinacionais, como Nestlé e PepsiCo, que solucionariam o problema não com apoio ao campo, mas sim pela venda de seus produtos a partir de recursos federais. As outras frentes da Cruzada eram a transferência de renda condicionada e os refeitórios comunitários (ACUÑA, 2015). Os refeitórios comunitários forneciam refeições feitas a partir de produtos enlatados que não correspondiam à cultura alimentar das localidades. Ademais, eles criavam um estigma social que fazia com que os beneficiários não utilizassem desse direito (TORRES; LUTZ, 2016).

A perda da soberania alimentar, contudo, não se deve somente às políticas de erradicação da fome. Com a adoção do discurso de que a dieta tradicional mexicana não é adequada (GÁLVEZ, 2018) e a grande presença de empresas multinacionais nos supermercados mexicanos, sem regulamentação dos produtos ultraprocessados que elas vendem, é observado no México um exacerbado consumo de produtos ultraprocessados, o que provoca inúmeras doenças e coloca os mexicanos em situação de “fome oculta” (CASTRO, 1984). O impacto na saúde e qualidade de vida dos mexicanos é uma das consequências do neocolonialismo a que o México é submetido ao compor o NAFTA.

O caso mexicano é ideal para examinar as consequências do neocolonialismo em relações Norte-Sul, pela disparidade acentuada entre o México e os Estados Unidos, que

também compõem o NAFTA. O trabalho foi feito a partir de uma análise documental, usando arquivos do Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (CONEVAL), da Secretaría de Desarrollo Social (SEDESOL), da Secretaría de Gobernación e do Instituto Nacional de Salud Pública.

2 ALIMENTOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2.1. Os conceitos de segurança e soberania alimentar

Apesar de historicamente o aprovisionamento de alimentos ter sido uma questão central para mensurar o poder de um Estado, o tema de como a produção e distribuição de alimentos podem ser indicadores de poder estatal não é suficientemente abordado nas Relações Internacionais da contemporaneidade. O debate teve mais relevância nas décadas de 70 e 80, com um enfoque em política externa.

Hopkins e Puchala (1978), em *“Perspectives on the international relations of food”*, definem um sistema alimentar global como:

O sistema internacional de produção, distribuição e consumo de alimentos é administrado por estados, empresas e organizações internacionais. As organizações internacionais desempenham papéis secundários no regime alimentar, principalmente como arenas para a coordenação de políticas entre as burocracias estatais e como agentes de modestos programas multilaterais. Todos esses atores trabalham dentro da estrutura de um conjunto de normas, regras e práticas que constituem um regime alimentar global. Atualmente, o regime está passando por mudanças. A demanda crescente por alimentos, conexões mais estreitas entre os mercados e maior dependência da tecnologia aumentaram a importância dos ajustes internacionais (HOPKINS; PUCHALA, 1978, p.581)².

O sistema, no qual Hopkins e Puchala admitem a preponderância estadunidense em sua construção, ainda que decadente na época em que foi escrito o texto, era composto de algumas normas condutoras. Estas normas, adotadas no sistema alimentar que compreende o final da década de 40, no pós-Segunda Guerra Mundial, e o início da década de 80 podem ser categorizadas em 8 grupos, dentre eles, o respeito pelo livre comércio, a incorporação de ajustes impostos por mercados internacionais pelos Estados, a adoção de meios extra-mercado para a distribuição de alimentos – onde a ajuda alimentar tinha um papel central, a prevenção da fome extrema, o livre fluxo de informação científica. Ainda compunham esses grupos a falta de prioridade de auto-suficiência alimentar nacional, despreocupação com a fome crônica, a importância da soberania nacional e a ilegitimidade da interferência externa (HOPKINS; PUCHALA, 1978).

Robert L. Paarlberg (1982), explicita que enquanto os Estados Unidos possuíam supremacia militar, uma moeda forte no sistema internacional, auto-suficiência energética e

² No original: “The international system of production, distribution and consumption of food is managed by states, corporations and international organizations. International organizations play minor roles in the food regime, principally as arenas for policy coordination among state bureaucracies and as agents for modest multilateral programs. All of these actors work within the framework of a set of norms, rules and practices that constitutes a global food regime. Currently, the regime is undergoing change. Growing demand for food, tighter connections among markets, and greater reliance on technology have increased the importance of international adjustments”. Tradução nossa.

uma balança comercial favorável, o “*food power*” era posto em segundo plano por *policymakers*, até o instante em que os meios tradicionais de poder já não tinham a mesma força que anteriormente. Segundo o autor, a arma alimentar poderia ser usada de forma a obter resultados diplomáticos em situações oportunas ou apenas para satisfação das expectativas públicas.

Sem embargo, no presente o debate de como o poder estatal pode ser afetado pela produção alimentar é limitado à dependência que alguns Estados possam ter de outros, e a importância da autossuficiência de produção em um sistema internacional anárquico é ora considerada necessária, ora considerada um desperdício. Em tempos de paz, o debate gira em torno dos conceitos de segurança e soberania alimentar (LIMA, 2014a). Atualmente, a fome é comumente referida como insegurança alimentar, definida pela FAO como “quando as pessoas não têm acesso físico, social e econômico adequado à comida”³.

A causa da fome é um ponto sobre o qual não há consenso. Em 1984, Josué de Castro na sua obra “Geografia da Fome”, afirma que a fome é comumente atribuída ao “Oriente exótico e [à] Europa devastada” (DE CASTRO, 1984, p.118), mas que, na verdade, é um fenômeno que toca todos os continentes. Ela pode vir na forma de fome crônica ou desnutrição. Contudo, é certo que sua causa não é exclusivamente geográfica, mas sim derivada de questões socioeconômicas.

Enquanto para uns, o porquê por trás da fome é a pobreza, que impede a obtenção de alimentos, para outros a causa está no próprio sistema de produção, consumo e distribuição agroalimentares. Quaisquer que sejam os motivos da fome, as Relações Internacionais podem fornecer instrumentos de análise, já que tanto a produção quanto a distribuição de alimentos são influenciados por instituições internacionais e relações interestatais (LIMA, 2014b). Nesse sentido, quando abordamos este tema dentro do arcabouço das RI, o debate acerca do acesso ao alimento gira em torno de dois principais conceitos: a segurança alimentar e a soberania alimentar.

No que tange a relação entre fome e segurança alimentar, ela pode ser tratada a partir de diferentes aspectos:

no nível do indivíduo, que se refere ao aspecto biológico; no das famílias, que lida com a questão do acesso aos alimentos; no nacional, que lida com as políticas públicas; no global, que investiga o balanço entre produção e consumo da humanidade. E, entre os dois últimos, se situa o internacional, onde as relações entre os Estados afetam a produção e a distribuição de alimentos mundo afora. Neste nível, áreas de estudo das Relações Internacionais podem contribuir para a compreensão e a análise de questões relativas à fome e à segurança alimentar:

³ No original: “when people do not have adequate physical, social or economic access to food”. Tradução nossa.

política externa, regimes internacionais, segurança e economia política internacional, entre outras (LIMA, 2014b, p.95).

Na limitada bibliografia atual acerca da segurança alimentar nas Relações Internacionais, ela é usualmente respaldada pela abordagem da segurança humana. A segurança humana, que fez parte dos estudos de segurança nas Relações Internacionais, busca proteger os indivíduos e as comunidades, e não os Estados. A segurança humana tem como elemento central a garantia de segurança social e para isto os direitos humanos têm uma importância aguda no tema.

A segurança humana como abordagem de *policy* foi inicialmente conceitualizada em um documento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), chamado Relatório de Desenvolvimento Humano, em 1994 (LIMA, 2019).

Este relatório ainda afirma que devem existir dois componentes à compreensão da segurança humana: (i) *Freedom from fear* ou liberdade do medo – liberdade de ameaças que impedem o acesso a direitos, segurança e garantias à vida das pessoas. É necessário, então, ser livre do medo da violência física e do medo de forma ampla. (ii) *Freedom from want* ou liberdade de necessidades – indivíduos livres da miséria, por exemplo, por meio de acesso estável à saúde e à economia (LIMA, 2019, p.13).

Dentre os sete pilares da segurança humana estabelecidos pelo relatório, a segurança alimentar aparece como um dos pilares e é definida como “garantia de acesso tanto econômico quanto físico à alimentação básica que seja capaz de suprir o consumo mínimo diário de nutrientes necessários para o indivíduo” (PNUD,1994 apud LIMA, 2019, p.14). A segurança alimentar— que ganhou relevância no pós-Guerra Fria— é usada como um instrumento de *advocacy* e uma ferramenta intelectual que promove a “unificação de preocupações de proteção, bem-estar e direitos inerentes ao indivíduo” (LIMA, 2019, p.11). No âmbito da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), há uma definição oficial de segurança alimentar desde 2001, que representa uma dentre a extensa lista de definições para o conceito. Para a FAO, segurança alimentar é definida como o momento em que todos os indivíduos têm condições físicas, sociais e econômicas de alimentar-se de uma forma que suas necessidades e preferências alimentares sejam atendidas de forma suficiente, nutritiva e segura, garantindo desta forma uma vida ativa e saudável.

Para Burke e Lobell (2010), a segurança alimentar é baseada na disponibilidade, acesso e utilização de alimentos. Estes conceitos são definidos pelos autores como: “Disponibilidade refere-se à presença física de alimento; acesso refere-se a ter os meios para adquirir comida através de produção ou compra; e utilização refere-se ao conteúdo nutricional

apropriado e a habilidade do corpo utilizá-lo efetivamente” (BURKE; LOBELL, 2010, p.14).⁴ De acordo com Leão e Maluf (2012), por sua vez, este conceito se caracteriza enquanto um direito, sendo, portanto, necessário que os alimentos sejam comercializados e produzidos de forma cautelosa e que todos tenham pleno acesso a mantimentos adequados, sem que o acesso a outros tipos de direitos seja comprometido.

Para McMichael (2005), segurança alimentar difere de soberania alimentar na medida em que enquanto o primeiro é associado às relações entre Estado-nações e o Sistema Internacional e ao modelo agroindustrial, tendo um viés produtivista e quantitativo, o segundo se reporta ao modelo agroecológico e às condições de vida e de produção do pequeno agricultor. Ainda, de acordo com McMichael, o conceito de soberania, no regime alimentar vigente, é alternativo ao de segurança, visto que este está atrelado às transações monetárias do sistema capitalista, e aquele à preservação de culturas alimentares e mercados locais (MCMICHAEL, 2005).

McMichael em “*Historicizing food sovereignty*” (2014), defende que a crença de que seria possível alcançar segurança alimentar por meio do livre comércio tornou-se decadente com a crise alimentar atual, que aconteceu mesmo após vários acordos e blocos econômicos que diminuíram significativamente as barreiras tarifárias entre Estados. Foi assim que o movimento da soberania alimentar ganhou relevância, e este se opunha às regras e restrições impostas pelo Banco Mundial, o G8, e a FAO.

Em um fórum de soberania alimentar, em 2007, organizado por *La Via Campesina*, uma rede de movimentos sociais que articula vários movimentos da causa camponesa, foi apresentada uma definição de soberania alimentar em que a:

Soberania alimentar é o direito dos povos e a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, produzidos por métodos ecologicamente corretos e sustentáveis, e seu direito de definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas. Coloca as aspirações e necessidades daqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no centro dos sistemas e políticas alimentares, em vez das exigências dos mercados e das empresas. Oferece uma estratégia para resistir e dismantlar o atual regime corporativo e alimentar (...) defende os interesses e a inclusão da próxima geração (...) A soberania alimentar prioriza as economias e os mercados locais e nacionais e dá poder à agricultura camponesa e familiar. (...) Garante (...) os direitos de uso e gestão da terra (...) implica novas relações sociais livres de opressão e desigualdade entre homens e mulheres, povos, grupos raciais, classes sociais e econômicas e gerações (PATEL, 2009, p. 673–4 apud AGARWAL, 2014, p.4)⁵.

⁴ No original: “Availability refers to the physical presence of food; access refers to having the means to acquire food through production or purchase; and utilization refers to the appropriate nutritional content of the food and the ability of the body to use it effectively”. Tradução nossa.

⁵ No original: “Food sovereignty is the right of peoples to healthy and culturally appropriate food produced through ecologically sound and sustainable methods, and their right to define their own food and agriculture systems. It puts the aspirations and needs of those who produce, distribute and consume food at the heart of food systems and policies, rather than the demands of markets and corporations. It offers a strategy to resist and

É claro, portanto, que soberania e segurança alimentar frequentemente são definidas como semelhantes ou complementares, e dialogam com mais instâncias que apenas o modelo agrícola adotado por um Estado. Ambos conceitos são considerados por seus defensores como importantes para resolução de problemas ligados ao provisão alimentar a nível mundial. Segurança e soberania alimentar definem duas soluções comumente apresentadas ao problema da fome. A primeira se estabelecerá a partir de um aumento da mecanização do campo, com a incorporação de recursos tecnológicos a fim de atingir eficácia produtivo-econômica. Esta proposta baseia-se na noção de que o livre comércio internacional é a condição para obter segurança alimentar. A segunda defende o conceito de soberania alimentar, que é alcançada quando as relações agroalimentares e modos de produção menos automatizados são utilizados, respeitando os gêneros alimentícios de cada região. Para tal, seria necessário um controle estatal, de modo a assegurar uma maior autossuficiência e dirigir a produção doméstica e os fluxos comerciais (MALUF, 2007, PAARLBERG, 2010, CLAPP, 2012a apud LIMA, 2014b). Para McMichael (2005), a soberania alimentar é uma premissa para a verdadeira segurança alimentar.

2.2 Regimes alimentares

O que é produzido e consumido em termos alimentares não é fruto de uma coincidência, mas de algum regime alimentar. Este pode ser definido como uma “estrutura governada por regras de produção e consumo de alimentos em escala mundial”⁶(FRIEDMANN, 1993, p. 30 apud MCMICHAEL, 2009, p.142). Dentre os elementos formadores de um regime alimentar estão: o Sistema Internacional de Estados, divisões internacionais de trabalho e padrões de comércio, regras e discursos ideológicos legitimadores desses sistemas, formas dominantes de capital como este é acumulado e forças sociais, que não apenas capital e Estados (BERNSTEIN, 2016).

A forma que é conduzida a política agroalimentar em escala global pode ser examinada através de regimes alimentares. Estes permitem que uma relação seja estabelecida entre as relações internacionais de produção e consumo alimentício e diferentes formas de acumulação capitalista com o passar do tempo (BERNSTEIN, 2016.) Para McMichael (2009),

dismantle the current corporate and food regime ... It defends the interests and inclusion of the next generation ... Food sovereignty prioritises local and national economies and markets, and empowers peasant and family farmer-driven agriculture. ... It ensures ... the rights to use and manage lands ... [It] implies new social relations free of oppression and inequality between men and women, peoples, racial groups, social and economic classes and generations”. Tradução nossa.

⁶ No original: “rule-governed structure of production and consumption of food on a world scale”. Tradução nossa.

os padrões de circulação de alimentos evidenciam os arranjos globais de poder formados pela acumulação de capital.

Para compreender o sistema alimentar atual, é necessário que seja feito um breve resumo dos regimes alimentares adotados até a presente data. O primeiro, situado entre 1870 e a década de 1930, definiu a ideia de desenvolvimento como a articulação entre os setores agrícolas e industriais de uma nação. Monoculturas eram impostas em colônias de ocupação por suas metrópoles, e garantiam o aprovisionamento alimentar para as classes industriais europeias. A busca da segurança alimentar foi empreendida durante o século XX, intensificada após a situação em que a Europa se encontrava no pós-Guerra, e constituiu um elemento central na criação de organizações internacionais. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), criada em 1945, que tem como objetivos “aumentar níveis de nutrição, aprimorar produtividade agrícola, melhorar vidas de populações rurais e contribuir para o crescimento da economia global”⁷(ORFORD, 2015, p.5), foi uma das principais propulsoras para a “Revolução Verde”, que buscava uma automação agrícola, a fim de aumentar a produção de alimentos e, por conseguinte, exportações de países do Sul Global.

Segundo Raynolds et al, (1993 apud McMichael 2009), o sistema estatal teve o modelo de “desenvolvimento nacional” universalizado e considerado como sua parte inerente. A Revolução Verde trouxe com ela o enfraquecimento do movimento camponês, a industrialização do campo e a presença do mercado na agricultura.

O segundo regime, que se deu no âmbito da Guerra Fria, entre as décadas de 50 e 70, foi moldado pelo poderio estadunidense da época, que estrategicamente assegurava alinhamento com seu lado do conflito por meio de políticas de ajuda alimentar e estímulo da industrialização em alguns países do Terceiro Mundo. As redes de aprovisionamento alimentar global foram formadas pelos agronegócios nacionais, que passaram a dividir os setores agrícolas em especialidades e estabeleceu a nova divisão internacional do trabalho em agricultura (MCMICHAEL, 2009).

Finalmente, o atual período teve início na década de 1980 e aprofundou o sistema anterior vigente, formando um sistema alimentar corporativo. Na década de 1980, o debate acerca de segurança alimentar ganhou mais destaque internacionalmente e a FAO publicou, na passagem para os anos 80, em 1979, o “*The Struggle for Food Security*”, em que propunha

⁷ No original: “raising levels of nutrition, improving agricultural productivity, bettering the lives of rural populations, and contributing to the growth of the world economy”. Tradução nossa.

reduzir as desigualdades de renda e de posse de terra, juntamente com maior autonomia nacional, para alcançar segurança alimentar, contrariamente à fórmula proposta pelo Banco Mundial. Em “*Poverty and Hunger: Issues and Options for Food Security in Developing Countries*”, publicado em 1986, o Banco Mundial rejeitava a soberania alimentar como condição para a segurança alimentar e colocava como a razão da insegurança alimentar a falta de poder de compra individual. A resposta seria então o crescimento econômico, que diminuiria a pobreza e facilitaria a compra de alimentos em um mercado globalizado. Nesse mesmo período, os recursos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial passaram a ser condicionados à adoção dessas reformas agrárias voltadas para o mercado. A criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, somado com o impacto de programas de agências da ONU voltados para uma agricultura intensiva voltada para a exportação, fez com que a maioria dos Estados diminuíssem as barreiras tarifárias em alimentos e desestimulassem a agricultura familiar com subsídio governamental (ORFORD, 2015).

A liberalização econômica da agricultura é apresentada como um caminho para assegurar a segurança alimentar até pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como observado em “*Trade and Health: building a national strategy*”, publicado em 2015:

Por sua própria natureza, a liberalização do comércio de alimentos facilita o comércio de produtos e serviços alimentícios além das fronteiras nacionais. As medidas incluídas nos acordos comerciais também aumentam a capacidade da indústria agroalimentar privada de grande escala de conduzir negócios transnacionalmente e se expandir em países anteriormente dominados pela produção e varejo em pequena escala. Por meio desses processos, a liberalização do comércio tem o potencial de influenciar as questões de nutrição e saúde relacionadas aos alimentos. (...) As medidas concebidas para liberalizar o comércio influenciam toda a cadeia de abastecimento alimentar. Mudanças ao longo da cadeia de abastecimento alimentar influenciam o ambiente no qual os consumidores fazem escolhas alimentares, ou seja, a disponibilidade de alimentos (quantidade, tipo e qualidade nutricional), a segurança deste alimento, quanto custa e como é comercializado. Esses fatores, estabelecidos como componentes importantes da segurança alimentar nacional e familiar, influenciam as escolhas que as pessoas fazem sobre os alimentos que comem. Eles afetam a dieta dos consumidores e, portanto, a prevalência de doenças transmitidas por alimentos, subnutrição e obesidade e doenças não transmissíveis relacionadas à dieta (DR-NCDs, p.92)⁸.

⁸ No original: “By its very nature, liberalizing food trade facilitates trade in food products and services across national borders. Measures included in trade agreements also enhance the ability of the large-scale private agro-food industry to conduct business transnationally and expand in countries previously dominated by small-scale production and retail. Through these processes, trade liberalization has the potential to influence food-related nutrition and health issues. (...) Measures designed to liberalize trade influence the entire food supply chain. Changes along the food supply chain then influence the environment in which consumers make food choices i.e., the availability of foodstuffs (amount, type and nutritional quality), the safety of that food, what it costs, and how it is marketed. These factors, established as important components of national and household food security, influence the choices people make about the food they eat. These affect the diets of consumers and, therefore the prevalence of foodborne diseases, undernutrition, and obesity and diet-related noncommunicable diseases”. Tradução nossa.

É comum a noção adotada por organizações internacionais, ONGs, e acadêmicos que, para solucionar o problema da insegurança alimentar globalmente, deve haver algum nível de cooperação internacional, de modo que um sistema alimentar transacional seja construído a partir de uma interdependência econômica entre os Estados. Dessa forma, na ocasião da adoção desse sistema, não seria possível que os Estados alcançassem autonomia alimentar de modo individual, mas sim coletivamente (ORFORD, 2015).

Essa tendência de liberalização econômica dos anos 90 provocou a criação de diversos blocos econômicos, que tinham como objetivo algum nível de integração econômica, a exemplo da União Europeia, do Mercosul, da APEC e do NAFTA. No caso do NAFTA, ele foi o primeiro a integrar agricultura em um acordo de livre comércio. O acordo, profundamente marcado por assimetrias e com um forte caráter Norte-Sul, tinha como principal objetivo transformar o setor agrícola do país. Anteriormente à liberalização de sua economia, o México tinha institucionalizado a propriedade comunitária de terrenos agrícolas, estabelecida após a Revolução Mexicana. Mesmo com a degeneração desse modelo de agricultura, o acordo foi considerado benéfico pelo México, que anteriormente havia enfrentado dificuldades de abastecimento. (SANTOS, 2019).

Todavia, a cooperação entre Estados não necessariamente garante que todos tenham igual acesso à bens alimentares de boa qualidade na mesma proporção. A divisão de trabalho agrícola distinguiu a produção agrícola no Norte e no Sul, em que o primeiro troca seus grãos básicos por produtos como frutas e vegetais do último, como pode ser observado no caso da adesão Mexicana ao NAFTA. Blocos econômicos como o NAFTA e protocolos da OMC que promovem um sistema alimentar corporativo provocam grandes assimetrias em relações entre Estados em que podem ser percebidas fortes dinâmicas Norte-Sul. O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, do mesmo modo, contribuem no concerto agroalimentar atual de modo a impor política de ajuste estrutural em países do Sul sob o pretexto de “alimentar o mundo” (MCMICHAEL, 2009, p.153).

No entanto, apesar deste sistema pleitear o fim da fome por meio de uma articulação global de produção agrícola em larga escala, a FAO estima que 30 milhões de camponeses tenham perdido suas terras uma década após do estabelecimento da OMC (Madeley, 2000 apud McMichael, 2009), tornando-se reserva de trabalho para indústrias implantadas no Sul Global como consequência do projeto desenvolvimentista promovido pelas mais relevantes Organizações Internacionais.

Desse modo, há atualmente um relevante movimento crítico ao liberalismo econômico aplicado à agricultura adotado nos moldes da Organização Mundial do Comércio (OMC), e o fortalecimento de movimentos camponeses, de produtores locais que buscam uma agricultura ecologicamente responsável, democrática e de qualidade (LEÃO; MALUF, 2012). Ademais, o movimento de Soberania Alimentar ganhou força (MCMICHAEL, 2009). Para McMichael, as regras do vigente regime protegem mais os países do Norte e causam prejuízo aos do Sul Global, que trocam produtos seus de alto valor por grãos e lhes é imposta a contenção de suas políticas agrícolas protecionistas.

É importante ressaltar que esses três regimes ocorreram durante a hegemonia britânica e americana, que se utilizaram deles para manter ou aumentar seu poder e influência sobre diversos territórios, seja em colônias de ocupação, seja de forma institucional, como por exemplo o ‘contrato social’ implementado durante a Guerra Fria por países de Primeiro Mundo no âmbito da Organização da Nações Unidas. Quando formulado o contrato, a estrutura neo-colonial do período assegurava o alinhamento de países de Terceiro Mundo através de auxílio alimentar, o que ainda tornava esses Estados dependentes alimentares. Outrossim, o processo de divisão da produção agrícola que sucedeu no terceiro regime alimentar foi reflexo de um regime alimentar dominado pelos Estados Unidos. Além de haver um aumento significativo da exportação de grãos por países da OCDE, o Sul Global tornou-se importador de 60% do volume global de grãos (MCMICHAEL, 2009).

Ademais, houve um câmbio político e o setor privado conquistou mais poder de decisão no uso de fundos públicos para a agricultura, além de um maior financiamento privado na pesquisa agrícola, em contraponto com o decrescente domínio do setor público na área. Este fato foi crucial para a execução do projeto de globalização que conta com liberalização econômica e a privatização da segurança alimentar, gerida por corporações. Institucionalizada pelo Tratado da OMC em Agricultura, o qual promove o livre comércio e, portanto, favorece superávit comercial dos países do Norte por motivos anteriormente citados, o novo sistema alimentar é, além de uma ordem político-econômica, uma ferramenta para estabelecimento de uma conjuntura de “acumulação e legitimação” (MCMICHAEL, 2009, p.150).

É precisamente na adoção do corporativismo nos sistemas alimentares que a defesa do conceito de segurança alimentar entra em conflito com a soberania alimentar. O projeto que privilegia a segurança e impõe igualmente o liberalismo econômico, sistemas de produção globais em detrimento dos locais, o uso indiscriminado de novas tecnologias no campo, como modificação genética de sementes, e o enfraquecimento da produção em escala local feita por

camponeses. Grupo este que, principalmente em países do Sul global, tem importante papel em preservar a cultura e soberania alimentar dos povos que aí residem. Para McMichael (2009), a forma com que a segurança alimentar é buscada por interesses corporativos que moldam o sistema alimentar em seus mínimos detalhes como padrões de consumo e mudança de dietas representa um risco não apenas ao meio ambiente, mas igualmente à “sobrevivência de uma proporção substancial dos habitantes do planeta”⁹ (MCMICHAEL, 2009, p.150).

2.3 Colonialidade e políticas alimentares

Para Araghi (2003 apud McMichael 2009), a ordem político-econômica adotada em cada regime alimentar garante a dominância do capitalismo. Ao observar os padrões de produção e consumo de alimentos é possível examinar as relações entre Estados que compõem o Sistema Internacional. No presente trabalho, as relações entre Estados, especificamente a questão de provisionamento alimentar, serão analisadas pela lente da teoria decolonial, e será considerada a soberania alimentar como instrumento de análise. Contudo, é necessário explicitar o porquê da segurança alimentar ser escolhida como objetivo de Estados e Organizações, já que, conforme discutido anteriormente neste capítulo, ela é demasiadamente excludente em termos de parcela da população beneficiada.

Não é raro que quando há insegurança alimentar ela é analisada não como resultado de relações entre Estados e empresas, mas como pretense desfecho de uma quantidade populacional global que não pode ser alimentada justamente em sua totalidade, pela capacidade de produção dos recursos naturais de um planeta sobrecarregado. Tal narrativa, que rejeita o papel determinante da política na organização de abundância e escassez, é fixada em discursos neo-malthusianos de eco-catástrofe e determinismo geográfico, não sendo reproduzida apenas pelo senso comum e pela mídia, mas igualmente pelos *policymakers*.

Conforme aponta Sommerville (2014), a busca de segurança alimentar é uma preocupação geopolítica dos Estados, os quais baseiam-se em projeções centradas no neo-malthusianismo que preveem um iminente colapso social por falta de abastecimento alimentar para a população mundial. A real causa de insegurança alimentar é ocultada e o conceito de segurança alimentar é, por conseguinte, instrumentalizado por diversos atores como as organizações internacionais e os Estados. Como ilustra Sommerville (2014) a fome é apontada como a gênese de outros problemas como “enfermidades, terrorismo, drogas ilícitas e refugiados”¹⁰ (SOMMERVILLE, 2014, p.242), além de ter uma força política. Portanto,

⁹ No original: “the survival of a substantial proportion of the inhabitants of the planet”. Tradução nossa

¹⁰ No original: “disease, terrorism, illicit drugs and refugees”. Tradução nossa.

compõe o discurso dos Estados e organizações internacionais a noção de que as consequências da fome tocam uma parcela maior que os indivíduos diretamente afetados por ela, como populações pobres de países do Sul. Desta forma, a resposta à insegurança alimentar é altamente securitizada, posto que o objetivo é a contenção das ameaças da fome. Para tal, soluções liberais e desenvolvimentistas que adotam tecnologias de aprimoramento são postas em prática.

Essa abordagem securitizada de insegurança alimentar privilegia frequentemente soluções tecnológicas e de liberalização econômica que não atingem as causas estruturais da fome, mas propõem soluções técnicas. Um exemplo é a “Nova Revolução Verde”, baseada no desenvolvimentismo, que tem como requisito uma transferência de tecnologia no sentido Norte-Sul. Segundo Sommerville, a geopolítica neoliberal reduz pessoas e lugares que não compõem os fluxos e sistemas de acumulação a “lacunas, riscos e ameaças” (SOMMERVILLE, 2014, p.242). Os poderes oriundos do Estado e do arranjo geopolítico do Sistema Internacional adotam assim soluções que reproduzem as dinâmicas do *status quo* em prol da segurança. Resoluções que não correspondem ao modelo tradicional coercitivo e de caráter econômico neoliberal, com seus próprios paradigmas e instituições, são prontamente deslegitimadas.

Logo, o discurso liberalizante e despolitizador não somente justifica a forma em que é conduzida a economia política da produção agrária e o consumo alimentício, mas também a fomenta diretamente. O objetivo de transformar “zonas de caos” em “zonas de desenvolvimento” é claramente ilustrado no papel do FMI e do Banco Mundial em estabelecer critérios para que um Estado receba, por exemplo, ajuda alimentar. Ajustes estruturais precisam ser feitos por esses países, e estes finalmente assumem a posição de reféns desta dominância geopolítica.

Essa relação de poder não se dá apenas entre Estados, mas igualmente no âmbito interno dos países, onde pode ser praticado um “colonialismo interno” (SOMMERVILLE, 2014, p.247), em que as necessidades de determinada população local são minimizadas a fim de atingir um objetivo nacional, considerado mais importante. Exemplificando, a compra de grandes áreas de terra agricultáveis destinadas à agricultura intensiva voltada à exportação despreza os direitos à terra de povos autóctones, mas é executada sob o pretexto de desenvolvimento econômico, criação de empregos e modernização do setor agrícola (SOMMERVILLE, 2014).

O apagamento do interesse de minorias em um Estado em detrimento de um projeto de nação homogeneizante é herança do processo colonial pelo qual foram submetidos diversos países. A colonialidade nas questões de provisionamento de alimentos pode ser analisada sob a lente que propõe Aníbal Quijano (2005), em que a globalização é considerada o ápice do capitalismo colonial/moderno eurocêntrico. A situação em que se encontram os países da América Latina- e notadamente o México - são consequência de um processo histórico que cria um padrão de poder mundial iniciado com a chegada dos europeus no continente americano no século XV. Os estudos decoloniais são cruciais para entender as dinâmicas de poder na América Latina. Como salientado por Bhambra (2014), a pós-colonialidade nos permite questionar pressupostos de assuntos dominantes. A teoria, que teve origem com as ideias de Edward Said (1995), Homi K Bhabha (1994) e Gayatri Spivak (1988), tinha como objeto de análise principalmente os desdobramentos da influência do Império Britânico no Oriente Médio e no Sudeste Asiático.

A América Latina foi incluída nos estudos pós-coloniais a partir da criação do grupo Modernidade/Colonialidade nos anos 1990, que tinha suas críticas aos grupos pós-coloniais de outras regiões, os quais não haviam rompido propriamente com os autores eurocêntricos como Gramsci, Derrida e Foucault. Para Mignolo, membro do grupo Colonialidade/Modernidade, o exemplo do pós-colonialismo indiano não deveria ser seguido, já que a América Latina tem suas particularidades, sendo a primeira que foi submetida à dominação colonial/imperial moderna, e tem um papel central no desenvolvimento do capitalismo mundial. Adicionalmente, além da sua posição na ordem mundial ser fruto da dominação colonial original feita pelos ibéricos, o continente latino-americano mesmo após os processos de independência de seus primeiros colonizadores, é também submetido aos Estados Unidos, um país neocolonial (MIGNOLO, 2005).

A colonialidade do poder, termo apresentado por Aníbal Quijano, explica que a estrutura colonial não teve fim com os processos de independência na América Latina. Para Grosfoguel (2008) que, assim como Quijano, fazia parte do grupo Colonialidade/Modernidade,

A expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial (GROSGOUEL, 2008, p. 126).

É precisamente nessa perspectiva colonial que grandes organizações do Sistema Internacional são construídas, e ultimamente delineiam diretrizes com o fim de alcançar segurança alimentar. A anteriormente citada classificação do FMI e do Banco Mundial em “zonas de caos” e o objetivo de transformá-las “zonas de desenvolvimento”, de modo a ter como objetivo final alcançar a semelhança aos Estados considerados como “modernos”, evidencia as estruturas de dominação colonial que torna a “modernidade” indissociável da colonialidade (QUIJANO, 2007 apud BHAMBRA, 2014).

Além da colonialidade do poder e das relações capitalistas, Quijano (2005) aponta um terceiro elemento que toca a população mundial: o eurocentrismo. O eurocentrismo é definido pelo autor como o apagamento de racionalidades ou perspectivas diversas e seus saberes concretos em detrimento de uma racionalidade hegemônica que coloniza e sobrepõe-se àquelas. O Estado-nação é um modo de organização de uma sociedade controlada por um poder, onde o eurocentrismo pode ser identificado. Esta forma específica confere uma identidade compartilhada a seus componentes em relação aos outros. Segundo o autor peruano, o Estado implica uma democracia, e essa implica no controle das instituições públicas e seus mecanismos de violência por meio da participação democrática, e cidadania, sendo que a segunda “pode chegar a servir como igualdade legal civil e política para pessoas socialmente desiguais.” (QUIJANO, 2005, p.130). Porém, não é possível que o âmbito político seja plenamente democrático se outras áreas da existência são antidemocráticas.

“Todo Estado-nação possível é uma estrutura de poder, do mesmo modo que é produto do poder” (QUIJANO, 2005, p.130). Dessa forma, há uma disputa pelo controle do saber, da violência, da autoridade, do trabalho. Contudo, o poder que rege essa sociedade exige que um grupo seja favorecido em detrimento dos outros. Nos processos formativos dos Estados-nação, que têm como modelo os Estados modernos europeus, é necessário que haja uma homogeneização de seus indivíduos. Nos Estados-nação europeus conviviam diversos povos que foram internamente colonizados a fim de compor o modelo atual, que tem um poder centralizado. Em alguns casos, como o da Espanha, foi realizada mesmo uma limpeza étnica, em que muçulmanos e judeus foram expulsos da península ibérica (QUIJANO, 2005).

O “colonialismo interno” referido por Sommerville (2014), é fruto do formato de Estado-nação que “homogeniza” sua população, por meio do genocídio de minorias que não correspondem à herança europeia no território. Essa disparidade de poder no Estado é uma característica de uma estrutura de poder em que, inevitavelmente, há a imposição de alguns sobre os outros (QUIJANO, 2005). Em países latino-americanos em que há uma minoria

branca que detêm o poder político, como o México, pode ser constatada como é inserida a colonialidade do poder. Essas elites têm interesses antagônicos aos de outros grupos raciais que compõem a maioria populacional, e estão mais alinhadas com a burguesia europeias do que com seus compatriotas.

Nesse padrão de poder, é central o papel da raça, já que os europeus codificaram indivíduos pelas diferenças estabelecendo uma relação de colonizado-colonizador, e nessa relação de estranhamento e da criação do "outro", o conceito de raça como conhecemos foi criado. No continente americano todas as formas de gerência de mão de obra foram orientadas de forma a servir o mercado mundial. Formas como escravidão, servidão, e produção mercantil independente, em que os colonizados eram explorados, não foram adotadas em um período anterior ao capitalismo, como normalmente são associadas na historiografia ocidental, mas fazem parte dele, e não seguem uma cronologia linear (QUIJANO, 2005). Entretanto, a modernidade exige que a colônia “evolua”, já que seu estado de natureza é assinalado como inferior e o seu ápice seria atingido quando houvesse semelhança ao colonizador e à vida na metrópole. Um exemplo é como o liberalismo econômico é sempre apresentado para os países do Sul Global como uma possível solução ao seu subdesenvolvimento. Segundo McMichael (2014), mesmo após a crise alimentar, em que a liberalização econômica não provocou a desapareção da fome, ainda é adotado o discurso pelas organizações internacionais que o *campesinato* não é compatível com o mundo moderno produtivo.

A questão do provisãoamento alimentar tem sido vista pela ótica da segurança alimentar, que não tem necessariamente foco nos modos de produção do *campesinato* regional, mas que usa de saberes eurocêntricos para lidar com a fome. Em substituição ao *campesinato*, o modelo agroalimentar que tem como características a adoção da intensa mecanização do campo, especialização produtiva e foco no mercado externo é indiscriminadamente adotado e incentivado. Apesar do modelo de agricultura intensiva e orientada para exportação ser presente em diversos países, que também estão implicados em acordos multilaterais e blocos econômicos que reduzem ou eliminam barreiras tarifárias entre os países-membros, o problema da insegurança alimentar ainda não foi resolvido, como se acreditava na década de 90, a partir do processo de aumento da interdependência econômica. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), apresentados no texto de Andrea Santos Baca,

De acordo com o Relatório de Nutrição Global de 2017, a fome global está aumentando, contando com 815 milhões de pessoas, enquanto 155 milhões de crianças estão raquíticas, 52 milhões estão caquéticas e 20 milhões nasceram com

baixo peso. Além disso, nenhum país foi capaz de conter o aumento da obesidade. A prevalência mundial da obesidade quase dobrou entre 1980 e 2014. (...) No total, uma em três pessoas globalmente sofrem de ao menos uma forma de má-nutrição (raquitismo, caquexia, deficiência de vitaminas e minerais, sobrepeso ou obesidade e doenças não transmissíveis relacionadas à dieta) e 88 por cento dos países, com base nos dados disponíveis, enfrentam uma carga severa de duas ou três formas de má-nutrição (SANTOS, 2019, p.261)¹¹.

A tendência é similar em outros países do continente latino-americano. Apesar da redução da fome na região em anos passados, ela tem aumentado recentemente e 42 milhões de latino-americanos não consomem uma quantidade suficiente de comida, número que corresponde a 6% da população mundial. Ademais, o índice de obesidade também vem crescendo, com uma taxa de cerca de 20% em 24 países (FAO; PAHO, 2017 apud SANTOS, 2019, p. 261).

Sendo assim, a escolha do termo segurança alimentar ou soberania alimentar depende de que parcela populacional será beneficiada nas políticas alimentares. De acordo com McMichael (2014) é a condução do regime alimentar – que foi previamente constatado no presente trabalho como serve para a manutenção de poder de alguns grupos do Sistema Internacional – que norteia a visão do movimento de soberania alimentar. Sendo os Estados Unidos o país mais beneficiado pela forma que os padrões de produção e consumo agroalimentar estão estabelecidos, não é surpreendente o fato que a segurança alimentar ainda seja o conceito preferido na condução de políticas estatais e regras estabelecidas por Organizações Internacionais.

Um exemplo de como a segurança alimentar é amplamente instrumentalizada para satisfazer o projeto colonizador é a “degradação do milho”, analisada por Andrea Santos Baca (2019). O milho é o alimento primário de várias culturas alimentares no continente latino-americano, e suas sementes são formas de existência de algumas comunidades indígenas e *campesinas*. Desde o fim do século XVI essa semente era considerada pelos europeus como um alimento para desesperados e porcos, ao contrário do trigo, que era consumido pela população da metrópole, e adquiriu o status de cereal mais importante do mundo. Atualmente, quase não há variações transgênicas do trigo. Ao mesmo tempo, a produção transgênica do milho é uma ameaça à soberania alimentar de diversos povos do Sul Global, visto que, além de não haver suficiente evidência científica para comprovar ou negar

¹¹ No original: “According to the 2017 Global Nutrition Report, global hunger is increasing, accounting for 815 million people, while 155 million children are stunted, 52 million children are wasted and 20 million born with low weight. Furthermore, no country has been able to stop the rise in obesity. The worldwide prevalence of obesity nearly doubled between 1980 and 2014.(...) In total, one in three people globally suffer from at least one form of malnutrition (wasting, stunting, vitamin and mineral deficiency, overweight or obesity and diet-related NCDs), and 88 per cent of countries, on the basis of available data, face a severe burden of either two or three forms of malnutrition”. Tradução nossa.

a interferência do consumo de produtos geneticamente modificados na saúde, as sementes transgênicas podem contaminar espécies criolas cultivadas no sistema de agricultura familiar. O México é um dos países cuja base de sua cultura alimentar é composta por milho e há décadas o alimento, associado com grupos indígenas e comunidades rurais, é visto como incompatível com o projeto nacional de modernização. O Governo mexicano adotou na década de 40 uma narrativa de que o milho deveria ser substituído pelo trigo, por esse não ter uma alta produtividade, denominada “discurso da *tortilla*” (PILCHER, 2001). O consumo de trigo era associado ao progresso, à população branca, enquanto o milho e outros alimentos que compõem a dieta indígena eram tidos como retrógrados (GÁLVEZ, 2018).

A disparidade no gerenciamento do cultivo do milho e do trigo é um reflexo do processo colonizador, haja vista quem os consome. Mesmo sendo um alimento central na cultura alimentar e crucial para o campesinato mexicano, não é levado em consideração na adoção de políticas de abertura comercial, e pode ser observada uma crescente dependência da importação do grão no país, o que enfraquece a sua soberania alimentar.

No seguinte capítulo, será analisado como as dinâmicas de colonialismo e soberania alimentar são aplicadas nas relações entre México e Estados Unidos no âmbito do NAFTA, durante o período da Cruzada Contra a Fome, implementada entre 2012 e 2018, durante o governo de Enrique Peña Nieto.

3 IMPACTOS DA CRUZADA CONTRA A FOME NA SOBERANIA ALIMENTAR MEXICANA

3.1 Estabelecimento do programa

A Cruzada Nacional Contra el Hambre (Cruzada Nacional Contra a Fome) foi estabelecida no mandato presidencial de Enrique Peña Nieto, entre 2012 e 2018, e foi a primeira grande campanha de combate à fome neste período. A sua publicação no Diário Oficial da União em 22 de janeiro de 2013 afirmava que o programa, administrado pela Secretaria de Desarrollo Social (SEDESOL), considera diversos documentos oficiais que garantem acesso à alimentação suficiente e de qualidade como um direito fundamental. Dentre eles, são citados o artigo 4 da Constituição Mexicana, a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Constituição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, subscrita pelo México desde 1945 (MÉXICO, 2013).

O documento ainda afirma que apesar do governo mexicano anteriormente ter direcionado recursos para a resolução desta problemática, a fome ainda persistia em uma parcela considerável da população, sobretudo entre os mais pobres. A estratégia para lidar com a questão alimentar foi vinculá-la, de modo mais abrangente, com a pobreza. A partir disso, foram implementadas políticas para a saúde, educação e segurança social, que tinham como objetivo melhorar os indicadores socioeconômicos da população, e conseqüentemente erradicar a fome (MÉXICO, 2013).

O primeiro artigo do Decreto estabelece o *Sistema Nacional para la Cruzada contra el Hambre (SINHAMBRE)*. Em seguida, ele é definido como uma estratégia para cumprir os objetivos presentes no segundo artigo, os quais são:

- I. Zero fome a partir de uma alimentação e nutrição adequada das pessoas em pobreza multidimensional extrema e carência de acesso à alimentação; II. Eliminar a desnutrição infantil aguda e melhorar os indicadores de peso e altura da infância; III. Aumentar a produção de alimentos e o ingresso dos camponeses e pequenos produtores agrícolas; IV. Minimizar as perdas pós-colheita e de alimentos durante seu armazenamento, transporte, distribuição e comercialização, e V. Promover a participação comunitária para a erradicação da fome (MÉXICO, 2013) ¹².

¹² No original: “I. Cero hambre a partir de una alimentación y nutrición adecuada de las personas en pobreza multidimensional extrema y carencia de acceso a la alimentación; II. Eliminar la desnutrición infantil aguda y mejorar los indicadores de peso y talla de la niñez; III. Aumentar la producción de alimentos y el ingreso de los campesinos y pequeños productores agrícolas; IV. Minimizar las pérdidas post-cosecha y de alimentos durante su almacenamiento, transporte, distribución y comercialización, y V. Promover la participación comunitaria para la erradicación del hambre” Tradução nossa.

Para a execução do sistema, haveria participação da federação, das entidades federativas e municípios, dos setores público, social e privado e ainda de organismos e instituições internacionais, os quais uniriam esforços e recursos para alcançar a inclusão e o bem-estar social (MÉXICO, 2013).

O decreto ainda anuncia que o programa seria, na primeira etapa, implementado em 400 municípios, tendo como critérios a incidência de pobreza extrema, o número de pessoas nessa situação e o número de pessoas em situação de carência alimentar. De acordo com o *Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social* (CONEVAL), a Cruzada estava articulada por 70 programas federais. Ademais, foi criada uma Comissão Intersecretarial composta de 16 Secretarias, dentre elas a *Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas*, o *Instituto Nacional de las Mujeres* e o *Sistema Nacional para el Desarrollo Integral de la Familia*. A Comissão tinha como objetivo manejar os recursos e ações para o cumprimento dos objetivos da Cruzada, além de adaptar o programa e redirecionar suas regras operacionais conforme necessário. Havia ainda o Conselho Nacional da Cruzada contra a Fome, que articulava os setores público e privado e tinha como papel impulsionar a participação popular.

O programa foi criado após a crise econômica de 2008 em que o México, assim como outros países, teve um agravamento da situação de crise alimentar, que colocou em xeque o sistema agroalimentar mundial. Em 2012, os Estados Unidos Mexicanos contavam com 53 milhões de pessoas em situação de pobreza e 27 milhões de pessoas com carência social por acesso à alimentação (CONEVAL, 2016). Ademais, o país havia passado por um longo período de liberalização econômica, que refletiu na produção e nos fluxos comerciais alimentares do país. Como veremos na próxima seção, a sua participação no *North American Free Trade Agreement* (NAFTA), é notadamente um fator determinante nas mudanças recentes de padrões de consumo e produção agroalimentar mexicana.

3.2 Impacto do NAFTA no padrão de consumo alimentar mexicano

Segundo David Gould (1998), o NAFTA, estabelecido em 1994, reduziu significativamente as barreiras tarifárias entre Estados Unidos, Canadá e México. Dentre eles, o México foi o país com maior diminuição de tarifas e o que sofreu maiores mudanças na relação com os outros países-membros, visto que estes possuíam um acordo anterior entre eles, assinado em 1989. A diminuição das barreiras tarifárias em relação ao México abrange diversos setores como o automobilístico, têxtil, de serviços financeiros e agricultura, em que

as tarifas foram imediatamente reduzidas a zero para a entrada de produtos originários dos Estados Unidos. Ademais, as exigências de licenciamento para grãos, produtos lácteos e aves foram prontamente eliminadas para importação pelo acordo com o México.

O México, que hoje em dia é um dos Estados mais comercialmente abertos do mundo, solicitou a entrada no acordo já existente entre Estados Unidos e Canadá em 1990. Previamente, o país latino-americano vinha passando por um processo de liberalização a partir dos anos 1980. No pós-Segunda Guerra, assim como em outros Estados do continente, o governo adotou uma política de substituição de importações e de industrialização, alcançando assim autossuficiência alimentar nos anos 60. Contudo, o empobrecimento da população rural durante a década de 1970 e a insuficiência na produção de alimentos básicos para a demanda do país fez com que, em 1973, o México passasse a importar milho, alimento que tradicionalmente ocupa um lugar central na dieta mexicana (SANTOS, 2019).

Esse evento, somado à crise da dívida em 1982, foi fundamental para que o México adotasse um novo projeto de “modernização” e, poucos anos mais tarde, em 1986, solicitasse sua entrada no *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT). De acordo com Andrea Santos Baca (2019, p.273), “no período entre 1970-2016, o nível de abertura quintuplicou, de 13 por cento em 1970 a 71 por cento em 2017”¹³. Desde 1990, o México havia assinado 14 acordos de livre comércio com 42 países em 3 continentes, e a assinatura do NAFTA foi uma etapa crucial para alcançar o nível de “modernização” almejado por meio da abertura comercial (SANTOS, 2019). A entrada do país no NAFTA foi justificada com o argumento de que mesmo que significasse o prejuízo dos pequenos produtores agrícolas, eles poderiam ser sacrificados em detrimento do resto da sociedade mexicana, que se beneficiaria da recém-modernização do país (SANTOS, 2014). Dessa forma, os interesses dos Estados Unidos e da elite mexicana formada por políticos, empresas e tecnocratas mexicanos seriam atendidos, em conformidade com a colonialidade do poder exercida pelo Estado mexicano e a neo-colonialidade exercida pelos Estados Unidos. Anteriormente à liberalização de sua economia, o México tinha institucionalizado a propriedade comunitária de terrenos agrícolas, estabelecida após a Revolução Mexicana. Mesmo apresentando um risco à manutenção desse modelo de agricultura, o acordo foi considerado benéfico pelo México, já que o país havia enfrentado dificuldades de abastecimento. O acordo, profundamente marcado por assimetrias

¹³ No original: “in the period 1970–2016, the degree of openness quintupled, from 13 per cent in 1970 to 71 per cent in 2017”. Tradução nossa.

e com um forte caráter Norte-Sul, tinha como principal objetivo transformar o setor agrícola do país. O fato dos Estados Unidos serem os maiores exportadores agrícolas do mundo foi, segundo o governo mexicano, uma forma de evitar possíveis futuros problemas de abastecimento. Segundo Santos (2019),

Um dos objetivos centrais do NAFTA era a transformação do setor agrícola, feito pela modificação do emprego e uso de terra, e gerando a realocação de recursos produtivos de atividades, as quais eram incapazes de competir com importações dos Estados Unidos para essas que têm possibilidades de exportação. O NAFTA estabeleceu acordos bilaterais em comércio agrícola e eliminou a maioria das barreiras não tarifárias em agricultura, com produtos sensíveis, como açúcar e milho, recebendo, em teoria, os períodos de transição mais longos. Aproximadamente metade do comércio agrícola EUA-México tornou-se livre de tarifas quando o acordo entrou em vigor (Villarreal & Fergusson, 2018, p.17). Um passo decisivo em direção à realocação de recursos foi a modificação do Artigo 27 da constituição mexicana, com o objetivo de “liberar” a terra do sistema de propriedade comunitária *ejido* que tinha sido estabelecido após a Revolução Mexicana. Em geral, o governo mexicano promoveu o NAFTA por meios de um discurso, o qual afirmou que o acordo geraria um saldo positivo para a sociedade mexicana: apesar de tender a prejudicar alguns produtores agrícolas, os não competitivos, todos indivíduos beneficiar-se-iam como consumidores. Também argumentou que os Estados Unidos, sendo os maiores exportadores agroalimentares no mundo, poderiam se tornar os maiores e permanentes fornecedores alimentares do México (Fritscher, 1996 apud Santos, 2019, p.273-274)¹⁴.

O NAFTA, que na época foi o primeiro a integrar a agricultura a um acordo de livre comércio, efetivamente, estreitou relações comerciais entre Estados Unidos e México. O comércio entre os países-membros triplicou e o México se tornou o maior mercado de exportação para os Estados Unidos. O acordo permitiu que o México aumentasse suas importações de grãos, carnes, ração para a pecuária e insumos para a indústria de alimentos processados, como xaropes e óleo de palma. Por outro lado, o país passou a exportar bebidas, frutas e legumes originários do país (SANTOS, 2019).

¹⁴ No original: “one of the central objectives of NAFTA was the transformation of the agricultural sector, by modifying employment and land use, and generating the reallocation of productive resources from activities, which were unable to compete with US imports to those that have export possibilities. NAFTA set separate bilateral agreements in agricultural trade and eliminated most non-tariff barriers in agriculture, with sensitive products, such as sugar and maize, receiving, in theory, the longest transition periods. Approximately one-half of US–Mexico agricultural trade became tariff-free when the agreement went into effect (Villarreal & Fergusson, 2018, p. 17). A decisive step towards the productive resource reallocation was the modification of Article 27 of the Mexican constitution, meant to ‘release’ land from the *ejido* communitarian property regime that had been established after the Mexican Revolution. In general, the Mexican government promoted NAFTA by means of a discourse, which claimed that it would generate a positive balance for Mexican society: although it would tend to harm some agricultural producers, the uncompetitive, all individuals would benefit as consumers. It also argued that the United States, being the leading agri-food exporter in the world, could become the ‘best and permanent food supplier in Mexico’”. Tradução nossa

Contudo, não necessariamente todos os indivíduos foram beneficiados enquanto consumidores, como esperado. Grande parte do gado exportado a valores baixos para o México são produtos descartáveis nos Estados Unidos, que já não possuem o mesmo valor agregado, como o gado leiteiro que não se encontra em fase produtiva. Não só esses, mas outros produtos que não têm suficiente demanda nos Estados Unidos acabam nas prateleiras mexicanas, como vegetais com aparência indesejável, ou carnes que permaneceram um tempo prolongado nos refrigeradores. Outra diferença foi o aumento da dependência do México da importação de milho estadunidense, que teve um aumento de 8% a 28% em pouco menos de duas décadas. O milho, que ocupa um lugar central na economia mexicana, era o segundo produto mais produzido em toneladas e o primeiro em área cultivada anteriormente à assinatura do NAFTA. Apesar de inicialmente o grão ter sido centro do debate acerca da liberalização, considerando sua importância, em 1997 todas as tarifas em relação a este produto foram excluídas e toneladas de milho americano passaram a ser importadas pelo México, contando com a participação de empresas de ração para a pecuária e grandes multinacionais como Cargill, Archer Daniels Midland e Maseca (SANTOS, 2019).

O padrão de consumo alimentar mexicano sofreu mudanças desde sua adesão ao NAFTA. Santos (2019) utiliza a classificação de produtos alimentícios estabelecida por Ocampo e Flores (1994), que divide os alimentos em 5 grupos: alimentos proteicos energéticos de origem animal (OA), que consiste em carnes, peixe, produtos lácteos e ovos; alimentos proteicos energéticos de origem vegetal (OV), composto de cereais e legumes; alimentos vitamínicos energéticos (VE), que são tubérculos, frutas e legumes; aditivos energéticos (AE), referente a açúcares e bebidas sem teor alcoólico como refrigerantes, néctares e sucos; e estimulantes (EST), como café, chá e chocolate.

Foram observadas alterações significativas no consumo alimentar doméstico de famílias mexicanas no período entre 1992 e 2014. Houve uma substituição entre grupos alimentares, com uma diminuição do consumo de OA, OV e VE ligada ao aumento do consumo de aditivos energéticos. Houve uma diminuição do consumo de alimentos de origem animal, levada pela quantidade reduzida de gastos em produtos lácteos nos lares mexicanos. Contudo, carnes processadas, como embutidos, substituíram outros tipos de carne como a bovina. Também pode ser observado um encolhimento do consumo de cereais e legumes, os quais sofreram uma diminuição de 11% e 25%, respectivamente. No caso do milho, cereal mais consumido no México, houve uma redução de 17% do seu consumo e o trigo, cereal mais caro que o milho, passou a ser ligeiramente mais consumido entre 2010 e 2014, mesmo tendo sofrido um aumento de preço nesse período (SANTOS, 2019).

Talvez a mais marcante das mudanças alimentares tenha sido o aumento de 46% do consumo de aditivos energéticos, causado pelo aumento no consumo de bebidas com elevada adição de açúcares, como refrigerantes e néctares industrializados. No geral, houve uma substituição de calorias oriundas de alimentos de origem animal e vegetal por calorias “vazias”, vindas de EA (SANTOS,2019). Ainda foi constatada uma substituição de calorias de origem agrícola por calorias de produtos agroindustriais ou processados, notadamente legumes processados, sucos, refrigerantes, carnes processadas e outros produtos lácteos (SANTOS, 2014).

De acordo com Acuña (2015), parte da situação em que se encontrava o México era devido à desarticulação da produção de grãos, cujos preços aumentaram consideravelmente. Entre 2006 e 2008 o preço do milho teve um aumento de 184%, o preço do trigo aumentou 127%, o do arroz 120%, o do sorgo 122% e do feijão preto 52%. (ACUÑA, 2015). O país padeceu com o aumento dos preços devido ao processo de abertura comercial que tinha implementado nos anos precedentes, e principalmente com a participação no NAFTA, que, como visto anteriormente, privilegia os Estados Unidos, que trocam seus grãos básicos por frutas e vegetais provenientes do México. Este movimento está em conformidade com a agenda de segurança alimentar, promovida por organizações internacionais como a FAO e o Banco Mundial, de forma a resolver a questão alimentar por meio da promoção do livre comércio. Iniciativa essa que serve a grandes produtores e empresas do ramo agroalimentar e marginaliza pequenos produtores rurais e camponeses (ACUÑA, 2015).

É importante salientar que com a diminuição de subsídios para a agricultura, resultado da liberalização econômica, os programas governamentais de cunho alimentar passaram a se endereçar a grupos vulneráveis e consistiam em intervenções pontuais de impacto imediato que afetassem os marcadores de qualidade de vida. Essa nova política, atrelada à busca da segurança alimentar, fez com que a agricultura camponesa não fosse mais a principal provedora de alimentos, e que houvesse diminuição da produção de arroz, trigo e cevada, assim como a paralisação da produção de milho (ACUÑA, 2015).

A política agroalimentar assumiu, portanto, um cunho social, menosprezando as relações de produção que causaram a problemática alimentar mexicana. A segurança alimentar consta como marco conceitual de diversas instituições mexicanas que lidam diretamente com a questão alimentar, e nomeadamente que articularam a Cruzada Contra a Fome. A questão agroalimentar foi associada com a questão socioeconômica, e logo as políticas alimentares fundiram-se com o combate à pobreza. O provisionamento alimentar sofreu, por conseguinte, uma alteração de políticas, e aquelas que incentivavam a produção

foram substituídas por outras que garantiam o acesso alimentar, efetuadas por programas de transferência de renda condicionada (ACUÑA, 2015). Em suma, uma vez utilizado o conceito de segurança alimentar para nortear as políticas de cunho alimentar, era preciso, segundo os pressupostos do conceito, garantir que todos tivessem poder de compra suficiente para satisfazer suas necessidades nutricionais, não sendo levados em conta os pequenos produtores ou se a cultura alimentar seria respeitada. A condução de políticas de cunho alimentar de forma a reduzi-las a transferência de renda enfraquece as capacidades produtivas de trabalhadores rurais e torna os hábitos alimentares dependentes do mercado. Segundo um informe da *Oxford Committee for Famine Relief* (Oxfam) e do *Institute of Development Studies* de 2013, as consequências deste problema são diversas, dentre elas o êxodo rural e a entrada na mineração, atividade mais arriscada, por ex-trabalhadores rurais. É ainda possível observar que em caso de aumento dos preços, famílias compram alimentos mais baratos, de menor qualidade e por vezes contaminados, para concluir o mês.

Para o *Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social* (Coneval) (2013), o acesso à alimentação é medido a partir do dinheiro ou recursos que uma família necessita para adquirir alimentos, a quantidade de porções em cada refeição e a frequência com que estas são feitas por dia. O problema alimentar é reduzido a uma questão nutricional, e o nível nutricional do programa ainda é medido em kilocalorias. Utilizar uma unidade de medida tão específica para dimensionar um problema que atravessa os mais diversos âmbitos é negligenciar os numerosos fatores que compuseram o cenário em que o país tinha um número expressivo de indivíduos com fome. As políticas de segurança alimentar como a Cruzada contra a fome justificam, portanto, que seja garantido pelo Estado acesso alimentar e não a sua produção. Esta política, que referencia a fome como pobreza alimentar, fornece refeições escolares, insumos para refeitórios comunitários, mas negligencia a produção no campo, sugerindo a sua mecanização. A Cruzada, apesar de referenciar camponeses e pequenos produtores em seus objetivos, propõe um modelo que privilegia os processos de produção, industrialização e distribuição de corporações agroalimentares (ACUÑA, 2015).

Além de contribuir para o aumento de doenças crônicas ligadas ao consumo alimentar, a liberalização econômica e consequente dependência alimentar de produtos industrializados e por vezes importados, causada pela ação indiscriminada de empresas multinacionais do ramo agroalimentar no país, fez com que a população mexicana se tornasse dependente de mercados internacionais e enfraqueceu seu campo (ACUÑA, 2015).

A política agroalimentar voltada ao comércio exterior era implementada não só pelo governo federal, mas também nos estados mexicanos. Juan Sabines Guerrero, governador do

estado de Chiapas, entre 2006 e 2012 promoveu uma política de desmobilização do campo alegando que a produção rural do Chiapas produzia alimentos de forma a prejudicar o meio ambiente e sugeriu que estes voltassem seus cultivos para exportação e biocombustíveis (NIGH, 2014).

De acordo com Susana Sottoli (2000), estes modelos de política social impulsionados por organizações como a FAO e o Banco Mundial, visam não promover uma mudança estrutural, mas sim intervenções de cunho estatal seletivo para remediar disparidades sociais de forma focalizada. Este conjunto de políticas, adotadas na América Latina sobretudo a partir da década de 90 com a eleição de governos de orientação neoliberal, favorece um caráter híbrido de administração, com a participação de atores estatais e privados em diferentes fases das políticas sociais. O enfoque descentralizado e realizado em projetos, como ocorrido na condução da Cruzada contra a Fome, conta ainda com um sistema de financiamento com participação de fontes internacionais e privadas.

3.3 Parcerias público-privadas do Governo Mexicano com Nestlé e Pepsico

Uma frente da Cruzada contra a Fome foi posta em prática por meio de parcerias público-privadas. Duas parcerias de grandes multinacionais com governo mexicano no período analisado pelo presente trabalho ilustram esta questão: os convênios com a PepsiCo e com a Nestlé. Em um discurso, publicado na página oficial do governo pela *Secretaría de Bienestar*, feito na cerimônia de assinatura em abril de 2013, Pedro Padierna, diretor da PepsiCo México celebra o convênio com a empresa e a Sedesol. Em sua fala, ele reconhece o esforço do presidente Peña Nieto na iniciativa da Cruzada Nacional contra a Fome, afirmando que o México é um país com grande potencial de ocupar uma posição proeminente na esfera internacional, mas para tal seria necessário antes atacar seus problemas de segurança alimentar. Padierna reconhece que a desnutrição é uma problemática prioritária e que, para erradicá-la, a PepsiCo estava comprometida com o desenvolvimento das comunidades mexicanas, promovendo assim projetos e iniciativas. A participação da corporação na Cruzada ocorreu mediante a Quaker, uma das marcas da empresa, através da qual seriam empreendidas ações para democratizar a nutrição. Padierna diz que:

Com uma história de 130 anos a nível global e 70 de presença no México, a Quaker é um aliado tradicional para boa nutrição, já que fornece às famílias mexicanas os benefícios da aveia mediante opções variadas e deliciosas (...) trabalhamos em fazer possível que cada vez mais setores da população possam beneficiar-se das

vantagens nutricionais da aveia de grão inteiro, incluindo a população em estado de desnutrição crônica¹⁵ (PADIERNA, 2013).

Em seguida, são explicitadas as quatro áreas prioritárias do convênio. A primeira seria impulsionar os avanços científicos em matéria alimentar para desenvolver produtos à base de aveia que contribuíssem em complementar as necessidades nutricionais das comunidades beneficiadas pela iniciativa. Este primeiro ponto consistia em uma linha de produtos destinados ao público materno-infantil por meio de alimentos "fortificados e acessíveis em termos de preço". Tais produtos seriam um *atole*, bebida tradicional mexicana produzida normalmente a partir do milho, e um biscoito que se transformaria facilmente em mingau com adição de leite. Ambos produtos são feitos de aveia. Em segundo lugar, o desenvolvimento de projetos produtivos sustentáveis em comunidades em situação de pobreza ou pobreza extrema. A terceira área do convênio era a doação de produtos através de organizações participantes da Cruzada e ações visando ajudar a população mais necessitada em caso de desastres naturais. Como quarta e última área, o diretor da PepsiCo anuncia que o convênio público-privado será possível graças à participação das organizações *Fundación PepsiCo México* e *Un Kilo de Ayuda* (TORRES; LUTZ, 2016).

O convênio também contém algumas irregularidades, como a cobertura da ação da PepsiCo, já que consta apenas que a empresa executaria ações na zona prioritária, sem especificar em quais dos 400 municípios contemplados pela Cruzada a empresa atuaria. Além disso, não foi especificado o montante destinado pela PepsiCo à condução do programa, e a cláusula sete determina que o governo seria atualizado dos avanços feitos pela empresa à medida que os recursos fossem utilizados. Vale ressaltar que o convênio seria inteiramente subsidiado pela Sedesol, a Secretaria de Desenvolvimento Social, e não houve um detalhamento prévio de como seriam usados os recursos públicos pela PepsiCo, que conduzia uma parte do programa. Sendo assim, o governo deixou um grande montante de recursos públicos nas mãos de uma empresa que, apenas em 2013, faturou 4,1 bilhões de dólares no México. Apesar da intenção do convênio ser de durar todo o mandato de Peña Nieto, ele poderia ser encerrado antes por ambas as partes. A PepsiCo também decidiria em quais projetos os recursos governamentais seriam alocados, mediante aprovação da Sedesol (SOTO, 2014).

¹⁵No original: "con una historia de 130 años a nivel global y 70 de presencia en México, Quaker es un aliado tradicional para la buena nutrición, ya que brinda a las familias mexicanas los beneficios de la avena mediante opciones variadas y deliciosas.(...) Esto quiere decir que trabajamos en hacer posible que cada vez más sectores de la población puedan beneficiarse de las ventajas nutrimentales de la avena de grano entero, incluyendo a la población en estado de desnutrición crónica". Tradução nossa.

Já o convênio com a Nestlé teve os projetos estabelecidos desde a assinatura desse. No documento, é determinado que a parceria público-privada tinha como objetivo melhorar o acesso a alimentos pela população. O primeiro projeto é direcionado a mulheres empreendedoras, chamado “*Dulce negocio de Nestlé*”, e consiste em aulas de culinária para mulheres selecionadas pela empresa e pela Sedesol, em que ao final um kit de cozinha seria apresentado com o dinheiro da empresa. O kit, que era composto de produtos Nestlé selecionados, seria destinado a mulheres que tivessem maior capacidade empreendedora, conforme o julgamento da empresa (SOTO, 2014). Vale enfatizar o tom de proximidade utilizado pela secretária da Sedesol ao celebrar o convênio firmado. Em abril de 2013, na cerimônia de estabelecimento da parceria entre a Nestlé e o governo mexicano, a secretária da Sedesol Rosario Robles Berlanga, endereçada a Marcelo Melchior, presidente executivo do Grupo Nestlé México, afirma que estando na Sedesol, ele estaria em sua casa. Em seguida, ela ressalta a importância de capacitar 15 mil mulheres, que por sua vez capacitariam mais mulheres para terem seus próprios negócios. E ainda afirma que esta é a essência da Cruzada contra a Fome, que não apenas distribui recursos, mas ensina os indivíduos a caminharem com suas próprias pernas. E desta forma, segundo a secretária, seria possível garantir o bem-estar de milhões de mexicanos.

Ela anunciou também que a aliança se ocuparia de pequenos produtores de café e leite. A segunda iniciativa, denominada “*Proyecto Café*”, consiste na capacitação de produtores de café em centros comunitários voltada à produção nos campos. O número de participantes, expositores e cursos seria determinado pela Nestlé, e informado à Sedesol. Essa forma de auxílio no campo seria feita por meio de outra empresa, CAFECO, utilizada como oficina e centro de capacitação (SOTO, 2014).

O terceiro projeto, chamado “*Proyecto Leche*” também teria seu tamanho decidido pela Nestlé. Este visava capacitar pequenos produtores de leite, criando uma estrutura para auxiliá-los a comercializar seu produto, bem como ensinar técnicas de manejo e produtividade pecuária. Assim como o convênio com a Pepsico, a Sedesol forneceria recursos para pôr esses projetos em execução, e igualmente ao primeiro convênio, a parceria poderia ser extinguida antes de 2018 (SOTO, 2014).

Posteriormente, em 2016, em comemoração aos 150 anos da Nestlé, foi anunciado o projeto “*Unidos por la Nutrición*”, promovido pela Sedesol. O projeto seria executado por meio da ação da empresa em 150 cozinhas comunitárias nos estados de Chiapas, Guerrero, Puebla, Querétaro, Veracruz e estado do México, fornecendo 3.7 mil copos de leite fortificado e 8 mil pratos de “bem comer”, com o suposto objetivo de promover hábitos saudáveis.

Ademais, seriam postas em prática 300 oficinas destinadas a crianças com menos de 11 anos que frequentassem as cozinhas comunitárias, também com o objetivo de ensinar a importância de uma alimentação saudável e variada.

3.4 Críticas à Cruzada contra a Fome

É evidente que a ação de grandes multinacionais no combate à fome pouco contribuiu na resolução do problema. É importante enfatizar que essas grandes empresas utilizam de recursos públicos, não sanam o problema de provisão alimentar, mudam a cultura alimentar do local e não auxiliam efetivamente a produção local, realizada por pequenos produtores (ACUÑA, 2015). De acordo com *El poder del Consumidor* (2013 apud Santos, 2019), a gestão de programas da Cruzada por multinacionais resultou em cardápios e refeições que frequentemente destoavam da cultura e hábitos alimentares de seus beneficiários, e repetidamente os alimentos oferecidos eram ultraprocessados, com alto teor de sódio, açúcar e lipídios, o que, conforme será exposto no tópico seguinte, apresenta um risco à saúde da população mexicana. Pode-se afirmar, portanto, que a ação de empresas privadas, mesmo que agindo junto a organismos governamentais que têm em seu eixo a busca pela segurança alimentar, é discrepante da busca pela soberania alimentar, defendendo apenas seus interesses e utilizando os projetos como vitrine para seus produtos.

Vale retomar brevemente os conceitos de segurança e soberania alimentar abordados no primeiro capítulo. Visto que as empresas privadas buscam sempre maximizar seus lucros, é natural que elas adotem o conceito de segurança alimentar, que visa erradicar a fome por meio do livre comércio e eficácia produtivo-econômica alcançada por soluções tecnológicas, mecanização do campo. Já o conceito de soberania alimentar não favorece a ação de grandes multinacionais no combate à fome, pois privilegia produção local, de menor escala e autossuficiente, regulamentada pelo Estado (LIMA, 2014b).

Apesar da questão alimentar ter diferentes causas que permeiam vários âmbitos sociais, as soluções propostas frente aos problemas alimentares são frequentemente de cunho técnico. Como as causas são simplificadas, o foco é o acesso imediato aos alimentos, e não sua produção. Por isso, são distribuídas transferências de renda, suplementos alimentares, produtos industrializados (ACUÑA, 2015). No caso mexicano, a transferência de renda era feita por meio de um cartão, chamado de “*tarjeta de apoyo alimentario sin hambre*” em que continha uma quantia monetária que possibilitava a compra de 15 produtos básicos de “alto valor nutricional” nas lojas da Diconsa, rede de supermercados paraestatal (COUTIÑO, 2017). Soluções técnicas como transferência de renda, que promovem mudanças imediatas,

quando não provocam os efeitos esperados a longo prazo, fazem que a culpa de seu fracasso seja atribuída a seus beneficiários. Frequentemente os projetos de políticas de combate à fome são destinados a mulheres, como pode ser observado no *Dulce negocio de Nestlé* e conseqüentemente elas são consideradas culpadas por seu insucesso devido à má execução (POTTIER, 1999).

A forma como foram conduzidos os programas de combate à fome aprofundaram o problema. Um dos principais componentes da Cruzada contra a Fome foram as cozinhas comunitárias, já citadas no presente trabalho. As cozinhas são espaços físicos dedicados ao preparo e consumo de refeições e por estas era cobrado um valor simbólico, assim como a entrega de cestas básicas. A articulação da esfera comunitária prevista no decreto em que foi estabelecida a Cruzada contra a Fome ocorria majoritariamente nessas cozinhas, que também serviam como centros onde eram ministradas oficinas, como já comentado na parceria público-privada com a Nestlé (COUTIÑO, 2017).

Em 2016 o México contava com 3980 cozinhas públicas e metade de seus beneficiários habitavam nos estados do México e Guerrero. Fredyd Torres Oregón e Bruno Lutz (2016) analisam no artigo “*Papel de la industria alimentaria y de la sociedad civil en los comedores comunitarios de SINHAMBRE. Casos de la Montaña y centro de Guerrero*” como funcionavam verdadeiramente as cozinhas comunitárias. Apesar das diretrizes da Sedesol determinarem que as refeições preparadas nas cozinhas comunitárias deveriam (i) suprir as necessidades nutricionais básicas da população em conformidade com os fatores culturais alimentares da zona, (ii) utilizar insumos produzidos localmente, e (iii) usar alimentos saudáveis produzidos externamente com um grande aporte nutricional, não foi isso que os dois autores constaram em sua pesquisa de campo. Na prática, poucas comidas frescas eram servidas, e o cardápio era baseado majoritariamente em produtos enlatados que destoavam da cultura alimentar local: ovos em pó, soja, grãos de milho enlatados, verduras e sardinhas enlatadas. Os poucos alimentos frescos eram adquiridos graças à contribuição dos comensais (TORRES; LUTZ, 2016).

Outrossim, os beneficiários também se sentiam desmoralizados pelo conteúdo alimentar fornecido a eles, e havia uma crença de que lhes era oferecida a comida que não era consumida nos grandes centros urbanos, provocando desta forma um grande impacto comunitário. As comidas enlatadas não têm as mesmas qualidades nutricionais do que a comida fresca que é habitualmente consumida por povos rurais no âmbito doméstico, de modo a fortalecer laços sociais. As cozinhas comunitárias tinham baixa participação de beneficiários, apesar de muitos recursos públicos terem sido alocados nelas. Ao usar as

cozinhas, os usuários das instalações eram estigmatizados como os mais pobres da comunidade, e por isso apenas indivíduos em situação extrema de carência alimentar procuravam essas instalações (TORRES; LUTZ, 2016).

Além dos refeitórios comunitários, outros fatores fizeram com que o padrão alimentar mexicano mudasse com o tempo. No México, assim como em outros países latino-americanos como um passado colonial, um dos processos geradores de diferenciação de status, classe e raça é a alimentação. A comida tradicionalmente mexicana é vista como imprópria para um estilo de vida saudável e em contraposição a ela, o conceito do “buen comer” é amplamente difundido. Com a noção de que a comida tradicional mexicana é inadequada, é criado um mercado consumidor de produtos vendidos como “saudáveis” e “funcionais”. Os interesses de multinacionais do setor alimentar no país são frequentemente os motivadores desse discurso. Como já discutido no Capítulo 1, alguns alimentos são associados à ideia de modernidade, e a culinária indígena, baseada em grãos como o milho e o feijão é relacionada a um atraso social. Apesar da dieta meso-americana prover energia e nutrientes necessários para a população mexicana, é difundida a ideia de que é necessário ensinar os mexicanos a comer de forma saudável, frequentemente incorporando outras formas de preparo e outros ingredientes que nada têm em comum com o padrão alimentar da região (GÁLVEZ, 2018).

Paradoxalmente, o desprezo pela dieta tradicional dos camponeses mexicanos, ligada à abertura comercial do México, principalmente na sua adesão ao NAFTA, fez com que a soberania alimentar e cultural do país fosse ameaçada. Produtos como refrigerantes e guloseimas são amplamente consumidos no cotidiano dos mexicanos, sobretudo em classes econômicas mais baixas. Essa população é estigmatizada por seus hábitos de consumo, agora constituídos de produtos de pouca qualidade nutricional e alto valor calórico. O Estado, que não impõe em sua legislação impostos que freiem o consumo destes produtos ou delimitem as estratégias comerciais de que os vendem, empreende um processo de moralização alimentar dos beneficiários de seus programas de combate à fome, culpando-os por seus hábitos de consumo que incluem muitos produtos ultraprocessados (TORRES; LUTZ, 2016).

3.5 Cultura alimentar e saúde

Os povoados rurais mexicanos foram invadidos por produtos ultraprocessados mesmo antes da implementação da Cruzada contra a Fome. As mesmas empresas que agem junto ao governo em projetos em busca de uma alimentação saudável e equilibrada para todos, têm produtos industrializados que compõem atualmente grande parte da dieta adotada no meio rural. Torres e Lutz (2016) afirmam que entre 2009 e 2010, em zonas indígenas do Centro e

Montaña de Guerrero, 70% das crianças em educação primária consumiam bebidas gaseificadas no café da manhã. Os refrigerantes substituíram o tradicional atole de milho que antes era consumido na primeira refeição diária. É possível ainda observar que em escolas de zonas rurais indígenas os principais produtos consumidos são frituras, refrigerantes e biscoitos (El Poder Del Consumidor, 2010 apud TORRES; LUTZ, 2016)

É claro, portanto, que crianças e adultos mexicanos tiveram uma mudança em sua alimentação nas últimas décadas, com a presença de produtos ultraprocessados com demasiado sal, açúcar e gordura saturada que provoca enfermidades como obesidade, hipertensão, diabetes *mellitus* e outras doenças crônicas não-transmissíveis (TORRES; LUTZ, 2016). Segundo El Poder del Consumidor, as principais causas de alta incidência de obesidade em território mexicano são: a grande presença de empresas produtoras de alimentos ultraprocessados e falta de regulamentação governamental destes produtos; o sistema publicitário e de comercialização que invade o país; e o fato de crianças em idade escolar serem público-alvo de estratégias de venda de *junk food* (SANTOS, 2014). Vale ressaltar que algumas das empresas como Nestlé e PepsiCo comercializam este tipo de produto de forma massiva e posteriormente assinaram convênios com a Sedesol para compor programas de erradicação da fome. Os *food empires*, grandes corporações alimentares, como a Nestlé e a PepsiCo, controlavam, no início do século XXI, 60% do estoque mundial de comida (MCMICHAEL, 2009 apud SANTOS, 2014). Para Santos (2014), o regime alimentar neoliberal desencadeia efeitos no conteúdo do consumo alimentar, sobretudo em países do Sul Global. No âmbito do NAFTA é possível observar, portanto, uma intensa degeneração qualitativa dos alimentos consumidos pela população mexicana, causado pela ação de grandes corporações alimentares, que utilizam da engenharia alimentar para produzir insumos de alto valor a partir de insumos baratos, com a finalidade de obter o maior lucro possível no menor intervalo temporal. O período em que foi adotado o livre comércio no México provocou as maiores transformações no sistema alimentar do país, especialmente após a assinatura do NAFTA (SANTOS, 2014).

O processamento de alimentos é um fator chave para qualificar os sistemas de consumo alimentar e compreender a relação entre alimentação e doenças crônicas. Ele é também elemento central no sistema alimentar global vigente. Entretanto, diversas particularidades relacionadas aos alimentos ultraprocessados como aqueles ligados à composição, modos de consumo e formas de apresentação “são problemáticas e contribuem para que sejam fatores de risco para obesidade e outras doenças crônicas não transmissíveis” (LOUZADA et al., 2015, p.92).

O consumo exacerbado de produtos ultraprocessados em detrimento da cultura alimentar mexicana provoca outro tipo de fome, esquecida pelas políticas de segurança alimentar: a fome oculta. A fome oculta ocorre em regimes alimentares em que não adotam soberania alimentar como pilar. Caso contrário, o direito dos povos a uma alimentação saudável, culturalmente enraizada e popularmente definida seria garantido (PATEL, 2009, apud AGARWAL, 2014). Em 1984, Josué de Castro, em sua obra *Geografia da Fome*, postula que há fomes parciais, além da situação de miséria e privação completa de alimentos comumente associada à fome. Para ele, fome oculta ocorre quando “grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias” (CASTRO, 1984, p.63). No México as três maiores causas de morte são doenças relacionadas à alimentação: diabetes mellitus, doença renal crônica e isquemia cardíaca. 80 mil pessoas morrem por ano de diabetes e o número de pessoas com esta doença aumentou em 2% por ano nas últimas duas décadas (GÁLVEZ, 2018), período em que a economia mexicana teve mais abertura, devido a sua entrada no NAFTA.

De acordo com Gálvez (2018), entre 1990, em que o NAFTA não havia sido estabelecido, e 2013, 19 anos após sua assinatura, a prevalência de doença renal crônica aumentou em 276%, diabetes em 41% e isquemia cardíaca em 52%. Este contexto deveria ter sido posto no centro da condução da Cruzada Contra Fome, que tinha como objetivo garantir a erradicação da fome e uma nutrição adequada aos cidadãos mexicanos. Contudo, entre 2012, ano anterior à implementação da política, e 2018, ano final do mandato de Peña Nieto, houve um aumento da obesidade, sobretudo no meio rural, que foi o principal alvo da Cruzada. No quadro abaixo apresentamos a porcentagem de obesidade entre crianças e adolescentes habitantes do meio rural que compunham o alvo de alguns dos programas da Cruzada Contra a Fome.

Porcentagem de obesidade entre crianças e adolescentes em áreas rurais entre 2012 e 2018			
Faixa etária	Gênero	2012	2018
Crianças	Homens	11,2%	14,6%
	Mulheres	8,3%	10,2%
Adolescentes	Homens	8,6%	13,2%
	Mulheres	7,4%	14%

Elaboração própria com base nos dados da Encuesta Nacional de Salud y Nutrición (ENSANUT, 2012-2018).

Quando analisada a obesidade em meio a adultos, tanto da área urbana quanto da rural, a taxa de obesidade foi de 26,8% para homens e 37,5% para mulheres em 2012 a 30,5% 40,2% para homens e mulheres respectivamente em 2018 (ENSANUT, 2018). Portanto, apesar da porcentagem de população carente por acesso a alimentação ter reduzido de 23,3% a 20,4% entre 2012 e 2018 (CONEVAL, 2018), outra forma de fome foi exacerbada no país.

4 CONCLUSÃO

Conforme a análise de dados, é possível constatar que a Cruzada contra a Fome aprofundou o processo de perda de soberania alimentar no México, que já vinha sendo deteriorada desde a adesão do Estado ao NAFTA. Pode-se afirmar que o desprezo das formas de produção e de alimentação de povos rurais mexicanos, que são de herança indígena, origina da tentativa de aprimoramento de populações minoritárias por parte do Estado, que exerce a colonialidade do poder. Um dos motivos do fracasso do programa, que tinha um enfoque em segurança alimentar e não na soberania, foi negar as particularidades socioculturais do território em que foi executado (ACUÑA, 2015). A disposição do poder que tem o Estado privilegia as elites que ali habitam, de maioria branca, que por sua vez têm interesses compatíveis com elites dos Estados Unidos e Europa (QUIJANO, 2005), haja vista os convênios com a PepsiCo e a Nestlé, que pouco fizeram para melhorar a vida das classes populares do México. Ao contrário, a imposição dos interesses das elites sobre o povo faz com que o último sofra consequências em sua integridade física para que os interesses econômicos capitalistas de países do Norte Global sejam contemplados.

Uma das consequências do capitalismo moderno é, ainda, a descampesinação da produção agroalimentar, que sofre pressões tanto externas, com as imposições do Banco Mundial e da FAO para que o modelo agrícola voltado ao liberalismo econômico e livre comércio seja adotado, quanto internas, exercidas pelo Estado (BERNSTEIN, 2016). A desconsideração do governo mexicano pelos produtores rurais em detrimento de acordos com grandes empresas multinacionais, mesmo na condução de programas sociais, é um indício de que a questão campesina é considerada como incompatível com o projeto de desenvolvimento

nacional de países do Sul Global. Os Estados, que outrora eram colônias, praticam o colonialismo interno (SOMMERVILLE, 2014), ignorando as necessidades e interesses de grande parcela da população mediante a escusa do desenvolvimento econômico. O programa de combate à fome alinhada com a política neoliberal adotada pelo Estado mexicano “corroeu não só a diversidade de seus cultivos, mas também o *ethos* comunitário e o conhecimento que o sustém” (POTTIER, 1999, p.126).¹⁶

É, portanto, possível afirmar que o estudo do modo produção e consumo de alimentos a nível mundial pode ser uma boa ferramenta de análise para observar as relações entre Estados. Além disso, é um espaço de disputa política, como afirma Gálvez (2018),

A comida significa muito mais do que aquilo que colocamos na boca: é o objeto das nossas aspirações e das nossas memórias. É um veículo de nostalgia e também de prestígio. É uma forma de as pessoas comunicarem quem são, o grupo ao qual pertencem e quem desejam se tornar. Embora a comida sempre tenha desempenhado um papel desproporcional na imagem do México de si mesmo como uma nação, hoje, mais do que nunca, a comida é um local de contenção onde podemos observar debates e lutas sobre identidade e status, direitos e responsabilidades, e bem-estar individual e coletivo (GÁLVEZ, 2018, p.8)¹⁷.

Logo, com a crescente relevância que o movimento de soberania alimentar vem ganhando relevância nos últimos anos, esperançosamente podemos almejar que no futuro as políticas de cunho alimentar sejam executadas com base nesse conceito, de modo a respeitar a cultura alimentar, a saúde de populações menos favorecidas, os camponeses e o meio ambiente.

¹⁶ No original: “ha erosionado no sólo la diversidad de sus cultivos sino también el *ethos* comunitario y el conocimiento que lo sostiene”. Tradução nossa.

¹⁷ No original: “Food means a lot more than what we put into our mouths: it is an object of our aspirations and our memories. It is a vehicle for nostalgia, and also for prestige. It is a way that people communicate who they are, the group to which they belong, and who they desire to become. Even though food has always played an outsized role in Mexico’s imagining of itself as a nation, today, more than ever, food is a site of contention where we can observe debates and struggles over identity and status, rights and responsibilities, and individual and collective well-being”. Tradução nossa.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACUÑA RODARTE, Blanca Olivia. Contradicciones y límites de la política agroalimentaria en México: De la seguridad alimentaria a la Cruzada contra el hambre. **Argumentos**, v.28, n.79, p. 241-263, 2015. ISSN: 0187-5795

AGARWAL, Bina. Food sovereignty, food security and democratic choice: critical contradictions, difficult conciliations. **The Journal of Peasant Studies**, v.4, n. 6, p. 1247-1268, 2014. DOI: 10.1080/03066150.2013.876996

BERNSTEIN, Henry. Agrarian political economy and modern world capitalism: the contributions of food regime analysis. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 3, p. 611-647, 2016.

BHABHA, Homi K. **The Location of Culture**. London: Routledge, 1994.

BHAMBRA, Gurminder K. Postcolonial and decolonial dialogues. **Postcolonial Studies**, v.17, n.2, p. 115-121, 2014. DOI: 10.1080/13688790.2014.966414

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira 2ª ed.** Brasília: MS. 2014. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

BURKE, M. Climate Effects on Food Security: An Overview. In: BURKE, L. &. **Climate Change and Food Security: Adapting Agriculture to a Warmer World**. New York: Springer Dordrecht, 2010.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome: O dilema brasileiro: Pão ou Aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CONEVAL. Esquema general de evaluación de la Cruzada Nacional contra el Hambre, 2013-2019. Disponível em:

<https://www.coneval.org.mx/Informes/Evaluacion/Cruzada%20contra%20el%20Hambre/ESQUEMA_GENERAL_DE_EVALUACION_DE_LA_CNCH_%20F.pdf>. Acesso em: 8 jul 2021.

CONEVAL. Medición de Pobreza. Resultados de pobreza en México 2008 - 2016 a nivel nacional y por entidades federativas. Disponível em :

<https://www.coneval.org.mx/Medicion/Paginas/Pobreza_2008-2016.aspx>. Acesso em : 8 jul. 2021.

COUTIÑO VELÁSQUEZ, Jesús Jorge. Sobre las repercusiones político-sociales de los Comedores Comunitarios en la Cruzada Nacional Contra el Hambre. **Estudios Agrarios**, 2017.

ENCUESTA NACIONAL DE SALUD Y NUTRICIÓN 2012. **Resultados Nacionales**.

Cuernavaca: Instituto Nacional de Salud Pública, 2012. Disponível em:

<<https://ensanut.insp.mx/encuestas/ensanut2012/doctos/informes/ENSANUT2012ResultadosNacionales.pdf>> . Acesso em: 12 jul 2021.

ENCUESTA NACIONAL DE SALUD Y NUTRICIÓN 2018-19. **Resultados Nacionales**.

Cuernavaca: Instituto Nacional de Salud Pública, 2020. Disponível em:

<https://ensanut.insp.mx/encuestas/ensanut2018/doctos/informes/ensanut_2018_informe_final.pdf>. Acesso em: 12 jul 2021.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Trade reforms and food security: conceptualizing the linkages**. Roma: Food & Agriculture Organization of the United Nations, 2003. Disponível

em:<<http://www.fao.org/3/y4671e/y4671e06.htm>>. Acesso em: 19 jan 2021.

GÁLVEZ, Alyshia. **Eating NAFTA: trade, food policies, and the destruction of Mexico**. University of California Press, 2018.

GROSGOUEL, Ramón. “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.80, p.115-147, 2008.

GOULD, David M. et al. Has NAFTA Changed North American Trade? **Economic Review-Federal Reserve Bank of Dallas**, p. 12-23, 1998.

HOPKINS, Raymond F.; PUCHALA, Donald J. Perspectives on the international relations of food. **International Organization**, p. 581-616, 1978.

LEÃO, M; MALUF, R. **A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira**. Brasília: ABRANDH, 2012.

LIMA, Thiago. Fome e Relações Internacionais: uma agenda oportuna para o Brasil. **Carta Internacional**, v. 9, n. 1, p. 94-104, 2014a.

LIMA, Thiago. Alimentos: um recurso de poder nas Relações Internacionais? Um exame da experiência dos EUA. **Cadernos CEDEC**, São Paulo, n. 118, p. 1-27, 2014b.

LIMA, Thiago. **Segurança alimentar e relações internacionais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

LOUZADA, Maria Laura da Costa; LEVY, Renata Bertazzi; MONTEIRO, Carlos Augusto. O consumo de alimentos ultraprocessados como um indicador-síntese para monitorar o padrão de consumo alimentar das populações. **BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.)**, p. 88-96, 2015.

MCMICHAEL, Philip. Global Development and The Corporate Food Regime. **Research in Rural Sociology and Development**. n.11,p. 265-299, 2005.

MCMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. **The Journal of Peasant Studies**, v. 36, n.1, p. 139-169, 2009. DOI: 10.1080/03066150902820354

MCMICHAEL, Philip. Historicizing food sovereignty. **Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, p. 933-957, 2014.

MÉXICO. Decreto por el que se establece el Sistema Nacional para la Cruzada contra el Hambre. **Diario Oficial de la Federación**: 22 jan 2013. Disponível em:<http://dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5285363&fecha=22/01/2013> Acesso em : 8 jul 2021

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 71-103, 2005.

NIGH, Ronald. Salud nutricional, los imperios alimenticios y la agroecología. La respuesta de los nuevos campesinos. In: PLIEGO, Jaime Tomás Page. **Enfermedades del rezago y emergentes desde las ciencias sociales y la salud pública**. Universidad Nacional Autónoma de México, 2014.

ORFORD, Anne. Food Security, Free Trade, and the Battle for the State. **Journal of International Law and International Relations**, v. 11, n. 1, 2015.

OXFAM . Un nuevo informe revela el coste social ‘oculto’ de los elevados precios de los alimentos. Mai 2013. Disponível em:<<https://www.oxfam.org/es/notas-prensa/un-nuevo-informe-revela-el-coste-social-oculto-de-los-elevados-precios-de-los>>. Acesso em: 10 de julho de 2021.

PAARLBERG, Robert L. Food as an instrument of foreign policy. **Proceedings of the Academy of Political Science**, v. 34, n. 3, p. 25-39, 1982.

PADIERNA, Pedro. Alianza Estratégica Público Privada: Firma de convenio Sedesol-Pepsico. Gobierno De México. 8 abr 2013. Disponível em: <<https://www.gob.mx/bienestar/prensa/alianza-estrategica-publico-privada-firma-de-convenio-sedesol-pepsico>> Acesso em : 7 jul. 2021.

PILCHER, Jeffrey M. **Vivan los tamales!: la comida y la construcción de la identidad mexicana**. Ciesas, 2001.

POTTIER, Johan et al. **Anthropology of food: the social dynamics of food security**. Polity Press, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 117-142, 2005.

ROBLES BERLANGA, Rosario. Alianza del Grupo Nestlé con la Cruzada Nacional Contra el Hambre. Discurso de la secretaria de Desarrollo Social, Rosario Robles Berlanga. **Gobierno de México**. 9 abr 2013. Disponível em <<https://www.gob.mx/bienestar/prensa/alianza-del-grupo-nestle-con-la-cruzada-nacional-contra-el-hambre>> Acesso em: 7 jul. 2021.

SAID, Edward W. **Orientalism: Western Conceptions of the Orient**. London: Penguin, 1995.

SANTOS BACA, Andrea. **El patrón alimentario del libre comercio**. CEPAL, Sede Subregional en México, 2014.

SANTOS BACA, Andrea . Acumulación en el sector agroalimentario: más allá de la acumulación por desposesión. Contribuciones a partir del sometimiento real del maíz al capital. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, N° 48 , 2018.

SANTOS BACA, Andrea . The Food Consumption Pattern of the Free Market: The Mexican Experience Under NAFTA. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 8, n. 1-2, p. 258-286, 2019.

SCHANBACHER, William D. **The politics of food: the global conflict between food security and food sovereignty**. ABC-CLIO, 2010.

SECRETARÍA DE BIENESTAR. Sedesol y Nestlé México trabajarán de la mano para fortalecer la nutrición infantil en los Comedores Comunitarios. Gobierno De México. 27 out 2016. Disponible em :

<<https://www.gob.mx/bienestar/prensa/sedesol-y-nestle-mexico-trabajaran-de-la-mano-para-fortalecer-la-nutricion-infantil-en-los-comedores-comunitarios>> Acceso em : 7 jul 2021.

SOMMERVILLE, Melanie; ESSEX, Jamey; LE BILLON, Philippe. The ‘Global Food Crisis’ and the Geopolitics of Food Security. **Geopolitics**, v.19, n. 2, p. 239-265, 2014. DOI: 10.1080/14650045.2013.811641

SOTTOLI, Susana. La Política Social En América Latina Bajo El Signo De La Economía De Mercado Y La Democracia. **Revista Mexicana De Sociología**, v. 62, n. 4, p. 43-65, 2000.

SOTO TOLEDO, Edward Antonio et al. **Problemas que se presentan en los programas de desarrollo en México durante el neoliberalismo y alternativas para combatir el hambre hasta 2014**. Dissertação de Mestrado. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the Subaltern Speak?. In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence. **Marxism and the Interpretation of Culture**. Chicago: University of Illinois Press, 1988.

TICKNER, Arlene B.; BLANEY, David L. **Thinking international relations differently**. Routledge, 2013.

TORRES OREGÓN, Fredyd; LUTZ, Bruno. Papel de la industria alimentaria y de la sociedad civil en los comedores comunitarios de SINHAMBRE. Casos de la Montaña y centro de Guerrero. **Espiral**, Guadalajara, v. 23, n. 67, p. 239-277, 2016.